

SUMÁRIO EXECUTIVO

MAPEAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESULTADOS PRELIMINARES

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Camara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional -
Secretaria Executiva
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SUMÁRIO

1.	METODOLOGIA	12
1.1.	Mapeamento de SAN nos Estados	12
1.2	Mapeamento de SAN nos Municípios	13
2	MAPASAN DOS ESTADOS	15
2.1	DADOS GERAIS - Abrangência	15
2.2	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAN	15
A.	Espaço institucional	15
B.	Leis Estaduais de SAN	16
C.	Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Estaduais)	16
D.	Conferências Estaduais de SAN	20
E.	Planos Estaduais de SAN	20
F.	Orçamento para ações de Segurança Alimentar e Nutricional	23
G.	Relação entre Caisan e Consea Estadual	24
H.	Implantação do Sisan	25
3	MAPASAN DOS MUNICÍPIOS	27
3.1	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAN E CONTROLE SOCIAL	29
A.	Espaço institucional	30
B.	Leis Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional	32
C.	Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Municipais)	34
D.	Conselhos Municipais de SAN – (Comseas)	40
E.	Conferência de SAN	49
F.	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	50
G.	Financiamento	51
3.2	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN - EPSAN	54
A.	EPSAN de acesso à alimentação saudável e adequada	55
B.	EPSANs de abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos	60
C.	Equipamentos beneficiados com o PAA	67
4.	CONCLUSÃO	69

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Estados que responderam o MapaSAN 2014	15
Gráfico 2: Distribuição dos estados e Distrito Federal, segundo o tipo de espaço institucional que responde pela gestão das ações de SAN.	16
Gráfico 3: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo a realização da última reunião da Caisan estadual	17
Gráfico 4: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo a periodicidade das reuniões da Caisan estadual	17
Gráfico 5: Setores de governo representados nas Caisans estaduais (em p.p.)	18
Gráfico 6: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo a vinculação institucional da Caisans	18
Gráfico 7: Áreas temáticas trabalhadas pelas Caisans estaduais (em p.p.)	19
Gráfico 8: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo o número de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan estadual	20
Gráfico 9: Disponibilidade de estrutura para as Caisans estaduais	20
Gráfico 10: Percentual de ações contempladas nos Planos estaduais de SAN	22
Gráfico 11: Participação de atores na Elaboração dos Planos de SAN nos estados, segundo o perfil dos atores (em p.p.)	23
Gráfico 12: Percentual de destinação dos recursos das Caisans	23
Gráfico 13: Média do orçamento aportados em SAN nos últimos quatro anos de PPA (em milhões de R\$)	24
Gráfico 14: Relação entre Caisan e Consea nos estados	24
Gráfico 15: Percepção sobre o grau de interesse político dos estados e DF na implementação do Sisan	25
Gráfico 16: Municípios que responderam o MapaSAN 2014	27
Gráfico 17: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, em relação ao número total de municípios de cada região	27
Gráfico 18: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, por estado, em relação ao número total de municípios de cada estado	28
Gráfico 19: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, em relação ao total de municípios de mesmo porte populacional em todo o território	

nacional	29
Gráfico 20: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, comparado ao percentual da população estadual, por estado.	29
Gráfico 21: Percentual de municípios aptos à adesão ao Sisan, segundo porte populacional (entre municípios do mesmo porte)	30
Gráfico 22: Percentual de municípios que possuem espaço institucional específico para a gestão das ações de SAN por região	31
Gráfico 23: Distribuição percentual dos municípios que possuem espaço institucional para a gestão das ações de SAN	31
Gráfico 24: Percentual de municípios que possuem espaço institucional específico para a gestão das ações de SAN, segundo porte populacional	32
Gráfico 25: Percentual de municípios que possuem Secretaria Exclusiva para área de Abastecimento Alimentar por região	32
Gráfico 26: Distribuição percentual de municípios com Lei de SAN, por Região.	33
Gráfico 27: Distribuição percentual de municípios com Lei de SAN, segundo porte populacional.	33
Gráfico 28: Percentual de municípios que possuem Lei Municipal de SAN, segundo porte populacional.	34
Gráfico 29: Percentual de municípios que possuem Caisan Municipal, por região.	34
Gráfico 30: Distribuição percentual de municípios que possuem Caisan Municipal segundo região.	35
Gráfico 31: Percentual de municípios que possuem Caisan Municipal, segundo porte populacional.	35
Gráfico 32: Áreas de governo com maior representatividade nas Caisans municipais	36
Gráfico 33: Órgão administrativo ao qual a Caisan está vinculada, em percentual.	36
Gráfico 34: Distribuição de Caisans que dispõem de uma secretaria executiva, por região.	37
Gráfico 35: Percentual de Caisans que dispõem de uma secretaria executiva, por região	37
Gráfico 36: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva do Comsea, por região.	38

Gráfico 37: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva do Comsea, segundo porte populacional.	38
Gráfico 38: Estrutura física das Caisans municipais.	39
Gráfico 39: Distribuição percentual dos municípios que possuem Comsea Municipal, por região.	39
Gráfico 40: Percentual de municípios que possuem Comsea Municipal por região (entre municípios da mesma região).	40
Gráfico 41: Percentual de municípios que possuem Comsea Municipal, segundo porte populacional	40
Gráfico 42: Percentual de áreas governamentais representadas no Comsea municipal	41
Gráfico 43: Proporção entre o número de membros da sociedade civil e do governo representantes no Comsea, Brasil	41
Gráfico 44: Setor de representação da presidência do Comsea, por região.	42
Gráfico 45: Setor de representação da presidência do Comsea, segundo porte populacional	42
Gráfico 46: Órgão ao qual o Comsea municipal está vinculado	43
Gráfico 47: Caráter decisório do Comsea, Nacional	43
Gráfico 48: Caráter decisório do Comsea, por região	44
Gráfico 49: Municípios em que o Comsea dispõe de recursos orçamentários, por região	44
Gráfico 50: Municípios que o Comsea dispõe de recursos orçamentários, segundo porte populacional	45
Gráfico 51: Distribuição Comseas que dispõem de uma secretaria executiva, por região	45
Gráfico 52: Comseas que dispõem de uma secretaria executiva em relação aos municípios da mesma região	46
Gráfico 53: Comseas que dispõem de uma secretaria executiva, segundo porte populacional	46
Gráfico 54: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Cainsan, por região	47
Gráfico 55: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan, por região	47
Gráfico 56: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan, segundo porte populacional	48

Gráfico 57: Distribuição de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN, por região	48
Gráfico 58: Percentual de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN, por região (entre municípios da mesma região)	49
Gráfico 59: Percentual de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN, segundo porte populacional (entre municípios do mesmo porte)	49
Gráfico 60: Conferências municipais de SAN por ano de realização	50
Gráfico 61: Municípios que têm PLANSAN, por região	50
Gráfico 62: Municípios com recursos para as ações de SAN previstos no orçamento, por região.	51
Gráfico 63: Municípios com recursos para as ações de SAN previstos no orçamento, segundo porte populacional.	51
Gráfico 64: Municípios que incluíram recursos orçamentários de SAN no PPA, por região.	52
Gráfico 65: Municípios que incluíram recursos orçamentários no PPA, segundo porte populacional	52
Gráfico 66: Valor médio nacional de recursos orçamentários para ações de SAN previstos no PPA, por ano	53
Gráfico 67: Valor médio nacional de recursos orçamentários para ações de SAN previstos no PPA, por ano (em milhões de reais)	53
Gráfico 68: Valor médio anual de recursos orçamentários dos municípios para ações de SAN previstos no PPA, por região (em milhões de reais).	54
Gráfico 69 Distribuição percentual de municípios com um ou mais Restaurantes Populares, por região	55
Gráfico 70 - Percentual de municípios com um ou mais Restaurantes Populares, por municípios da mesma região	56
Gráfico 71 - Situação dos Restaurantes Populares	56
Gráfico 72 - Fonte de financiamento de construção do Restaurante Popular	57
Gráfico 73 - Distribuição de Restaurantes Populares segundo quantidade de almoços diários ofertados	57
Gráfico 74 - Situação das Cozinhas Comunitárias	58
Gráfico 75 - Fonte de financiamento de construção da Cozinha Comunitária	59
Gráfico 76 - Quantidade de municípios com EPSANs abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos e quantidade de EPSANs	59
Gráfico 77 - Distribuição percentual de Banco de Alimentos por região	60

Gráfico 78 - Distribuição percentual de Bancos de Alimentos por porte dos municípios	60
Gráfico 79 - Fonte de financiamento de construção do Banco de Alimentos (em .p.p)	61
Gráfico 80 - Fonte de financiamento de construção do Banco de Alimentos (em .p.p.)	61
Gráfico 81 - Entidades beneficiadas pelo repasse de alimentos dos Bancos de Alimentos (em p.p.)	62
Gráfico 82 - Quantidade média de Feiras Livres para cada 1 milhão de habitantes, por porte (nacional)	64
Gráfico 83 - Distribuição de Feiras Livres por região	64
Gráfico 84 - Quantidade média de Feiras Livres orgânicas ou agroecológicas para cada 1 milhão de habitantes, por região	65
Gráfico 85 - Distribuição percentual de Mercados Públicos por região	65
Gráfico 86 - Distribuição percentual de Mercados Públicos por porte	66
Gráfico 87 - Distribuição percentual de EPSANs beneficiados com o PAA, por modalidade	66
Gráfico 88 - Distribuição percentual de EPSANs beneficiados com o PAA, por modalidade	69

Siglas e Abreviaturas

AC	ACRE
AL	ALAGOAS
AM	AMAZONAS
AP	AMAPÁ
BA	BAHIA
CAISAN	CAMARA INTERMINISTERIAL (OU INTERSETORIAL) DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CE	CEARÁ
CEASA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO
CENTRO POP	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMSEA	CONSELHOS MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CONSEA	CONSELHOS NACIONAL (OU ESTADUAL) DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DF	DISTRITO FEDERAL
DHAA	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
EPSAN	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
ES	ESPÍRITO SANTO
GO	GOIÁS
GOV.	REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL
HAB.	HABITANTES
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
LOSAN	LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
MA	MARANHÃO
MAPASAN	MAPEAMENTO DE SAN NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MG	MINAS GERAIS
MS	MATO GROSSO DO SUL

MT	MATO GROSSO
MUN	MUNICIPAL
N	VALOR ABSOLUTO
PA	PARÁ
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PB	PARAÍBA
PE	PERNAMBUCO
PI	PIAUÍ
PLANSAN	PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNSAN	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
P.P.	PONTOS PERCENTUAIS
PPA	PLANO PLURIANUAL
PR	PARANÁ
RJ	RIO DE JANEIRO
RN	RIO GRANDE DO NORTE
RO	RONDÔNIA
RR	RORÂIMA
RS	RIO GRANDE DO SUL
SAGI	SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SAN	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SC	SANTA CATARINA
SOC. CIV.	REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
SE	SERGIPE
SEC	SECRETARIA
SESAN	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SISAN	SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SP	SÃO PAULO
TO	TOCANTINS
UADAF	UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

MAPEAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESULTADOS PRELIMINARES

APRESENTAÇÃO

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) é um sistema público legalmente instituído pela Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan. O Sisan reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover, em todo o território nacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio da promoção, da formulação e da articulação de ações e programas da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a avaliação das mudanças relacionadas à situação alimentar e nutricional da população brasileira.

O Sisan está baseado em dois importantes princípios que são a participação social e a intersetorialidade. Em seu marco legal, abriga arranjos institucionais que visam garantir esses princípios. O Sisan é composto por:

- Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – (Consea) em nível federal, estadual e municipal.
- Câmara Interministerial (âmbito nacional) e Câmaras Intersetoriais (nos estados e municípios) de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).
- Órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

Os órgãos dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e as organizações da sociedade civil devem atuar conjuntamente na formulação e implementação de programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Existem muitas informações disponíveis (em bases de dados, sistemas de informações, pesquisas e outros) que têm o potencial de mostrar a realidade dos sistemas de produção, abastecimento e consumo de alimentos nos municípios, porém há algumas lacunas relacionadas à gestão da política de SAN e a alguns equipamentos públicos de SAN em nível local. Isso é particularmente importante em um país como o Brasil, no qual há grandes diferenças entre os municípios

(regionais, econômicas e de porte populacional), na execução e na capacidade de gestão e operação das políticas públicas.

É neste contexto que a Secretaria Executiva da Caisan Nacional, em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/ MDS e com a colaboração dos estados (Caisans e Conseas estaduais), tomou a iniciativa de propor o primeiro Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), com o objetivo de coletar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do Sisan, incluindo as ações e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

A expectativa é que a partir destes dados consolidados seja possível identificar os principais entraves, dificuldades e os avanços na implementação do Sisan e da Política de SAN, proporcionando a revisão e a formulação de novas políticas e estratégias voltadas a garantia da SAN e do DHAA.

Apresentamos neste documento os resultados preliminares do MapaSAN (MapaSAN 2014) e esperamos que sirvam para suscitar um debate que contribua com a consolidação do Sisan.

Paulo Jannuzzi
Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Arnoldo de Campos
Secretário Executivo da Caisan Nacional

1. METODOLOGIA

Ao instituir mecanismos sistemáticos de pesquisa sobre a gestão, política e os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), visa ampliar as possibilidades de monitoramento, avaliação, sistematização e divulgação de informações relevantes no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de SAN. O nosso desafio vai além de organizar estas informações de forma que cada município, estado e União tenha um diagnóstico preciso das lacunas para o planejamento de suas políticas públicas, mas também visa implementar um processo sistemático de pesquisa anual que responda duas grandes lacunas de informação: a gestão da política de SAN e os equipamentos públicos de SAN em nível local.

É preciso destacar que, no transcorrer do processo de planejamento da pesquisa, a proposta inicial era de se realizar o CensoSAN, a exemplo do Censo SUAS. Entretanto, levou-se em consideração a metodologia e a abrangência da pesquisa para redefinir a sua denominação. A proposta evoluiu para uma concepção diferente, na medida em que inicialmente não haveria uma amostra censitária, cobrindo todo o território nacional, e nem uma cobertura de todos os temas relacionados à SAN (produção, abastecimento/distribuição e consumo).

Surge, portanto, a proposta do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), como uma pesquisa de resposta autodeclarada e voluntária dos gestores municipais e estaduais, que visa a coleta de informações, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, sobre a gestão da Política Nacional de SAN e os componentes do Sisan. Esta primeira versão do MapaSAN inclui algumas ações e equipamentos públicos de SAN, com a finalidade de reunir informações sobre as estruturas existentes, relacionadas à garantia do DHAA, possibilitando o monitoramento da implantação do Sisan, bem como de sua gestão participativa e intersetorial.

Nesta versão do MapaSAN foram utilizadas metodologias diferenciadas para os estados e municípios, conforme será descrito adiante.

1.1 Mapeamento de SAN nos Estados

O processo de elaboração, validação e implementação do MapaSAN nos estados foi organizado pela Secretaria Executiva da Caisan Nacional, em conjunto com o Consea Nacional, em dois blocos de questões:

- Eixo 1: Identificação do Órgão Gestor
- Eixo 2: Gestão da Política de SAN

O Eixo 1 teve como objetivo atualizar as informações de identificação das Câmaras Intersetoriais de SAN (Caisans estaduais), identificando as referências estaduais

que respondem pela gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Eixo 2 objetivou levantar as estruturas de gestão do Sisan nos estados e a relação entre Caisan e Consea estadual, sob o ponto de vista governamental.

O Mapeamento foi preenchido de forma voluntária pelos estados e, para esta versão de 2014, foi utilizada a ferramenta google form. O formulário foi enviado para todas as Caisans estaduais, que tiveram prazo de aproximadamente 40 dias para preenchê-lo, entre outubro e novembro de 2014.

Nesta versão, optou-se por desenvolver o módulo de controle social nos estados em separado, o qual foi conduzido pelo Consea Nacional, motivo pelo qual os dados relativos a esta temática não foram incorporados neste documento.

Para análise de dados, todas as informações prestadas pelos estados foram consideradas, excluindo-se apenas aquelas que tinham inconsistências no próprio banco de dados. Ainda, ressalta-se que os resultados apresentados não foram confrontados com outras bases de dados. Ou seja, as informações aqui apresentadas são de responsabilidade dos estados respondentes.

1.2 Mapeamento de SAN nos Municípios

O processo de elaboração, validação e implementação do MapaSAN 2014 nos municípios foi operado em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS (SAGI). Nesta versão, foi organizado em três eixos de questões:

- Eixo 1: Identificação do Órgão Gestor
- Eixo 2: Gestão da Política de SAN e Controle Social
- Eixo 3: Equipamentos Públicos de SAN.

O Eixo 1 objetivou identificar a referência local para as ações de SAN; o Eixo 2 teve como foco o levantamento das estruturas de gestão e controle social do município para as ações de SAN; e o Eixo 3 propõe mapear os equipamentos públicos de SAN¹ que existem nos municípios. Mais precisamente, foram mapeados: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, feiras, centrais de abastecimento (Ceasas), mercados públicos e sacolões.

A participação dos municípios no mapeamento é voluntária. No entanto, para garantir um percentual de preenchimento razoável por região e estado, foram identificados e validados pelos estados 1.000 municípios prioritários, a partir de determinados critérios, a saber: municípios com adesão ou em processo de adesão ao Sisan, municípios com equipamentos públicos de SAN e/ou programas financiados pelo MDS e municípios acima de 200 mil habitantes.

Para esses municípios, foi realizado um amplo processo de mobilização, desenvolvido pela Secretaria Executiva da Caisan Nacional, qual seja: envio de

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs) são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do DHAA e da SAN, destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos. Dividem-se os EPSANs em equipamentos de acesso à alimentação saudável e adequada e de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos.

ofício aos municípios, ligações, envio de boletim eletrônico da Caisan Nacional, e-mail semanal, imprensa (rádio e televisão) e equipe de suporte operacional. Em todo o processo de mobilização, os estados (Caisans e Conseas estaduais) participaram ativamente junto aos municípios e na identificação das referências municipais, que ficaram responsáveis pelo preenchimento do MapaSAN.

Ressalta-se que foi considerada referência municipal aquele servidor/funcionário com atuação estratégica na política de SAN local, com capacidade de coletar as informações necessárias para o preenchimento do mapeamento. Foi gerado um mailing com os usuários cadastrados no sistema online do MapaSAN, por meio do qual foram repassadas todas as informações necessárias durante o período de preenchimento, associado ao suporte via telefone e mobilização via call center.

O preenchimento do MapaSAN foi realizado em sistema online disponibilizado pela SAGI (<http://www.mds.gov.br/sagicenso/mapeamentosan2014/>), o qual somente as referências municipais tiveram acesso, após um cadastro prévio realizado pela Caisan Nacional com os municípios que entraram em contato, declarando interesse em habilitar-se para responder o questionário eletrônico. Todas as orientações foram disponibilizadas por meio de um manual operacional de acesso ao sistema. O MapaSAN ficou disponível para preenchimento entre os dias 15 de agosto a 10 de outubro de 2014.

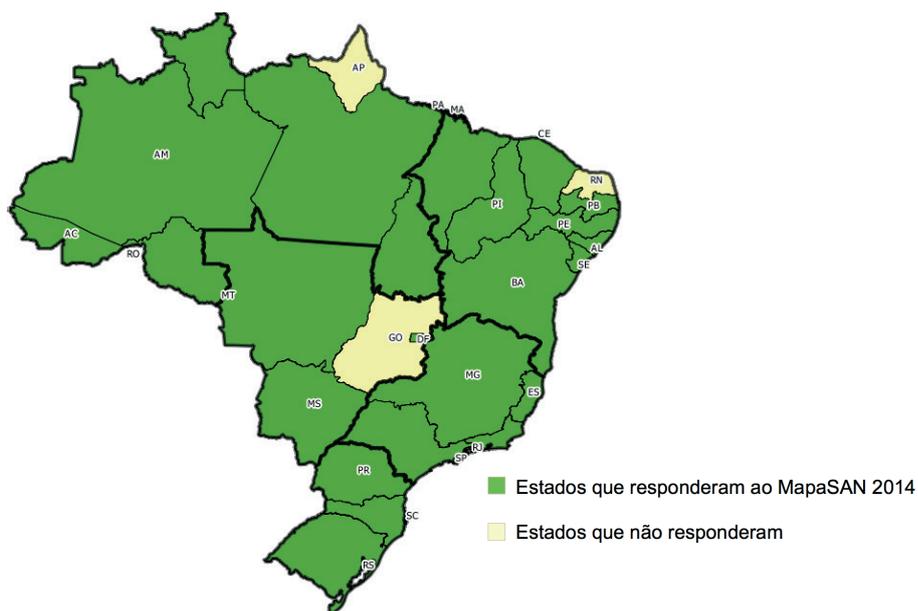
Todas as informações prestadas pelos municípios foram utilizadas na análise dos dados descritivos apresentados neste documento, excluindo-se apenas aquelas que tinham inconsistências no próprio banco de dados. Ainda, ressalta-se que os resultados apresentados não foram confrontados com outras bases de dados. Ou seja, as informações aqui apresentadas são de responsabilidade dos próprios municípios.

2. MapaSAN DOS ESTADOS

2.1 Dados Gerais - Abrangência

A maioria dos estados participou do MapaSAN 2014 (23 estados e Distrito Federal), com exceção dos estados do Amapá, Goiás e Rio Grande do Norte, conforme o Mapa a seguir (Gráfico 1).

Gráfico 1. Estados que responderam o MapaSAN 2014



2.2 Gestão da Política de SAN

Atualmente, todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan. Um dos desafios para a implementação deste Sistema está relacionado à capacidade de gestão dos programas públicos nos estados e municípios brasileiros. Aderir ao Sistema implica numa reorganização da governança das ações de SAN nos estados. Ou seja, desenvolver políticas intersetoriais que respondam a diferentes realidades locais, às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, ao fortalecimento dos circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, às ações de SAN na saúde, na assistência social, na educação, entre outros.

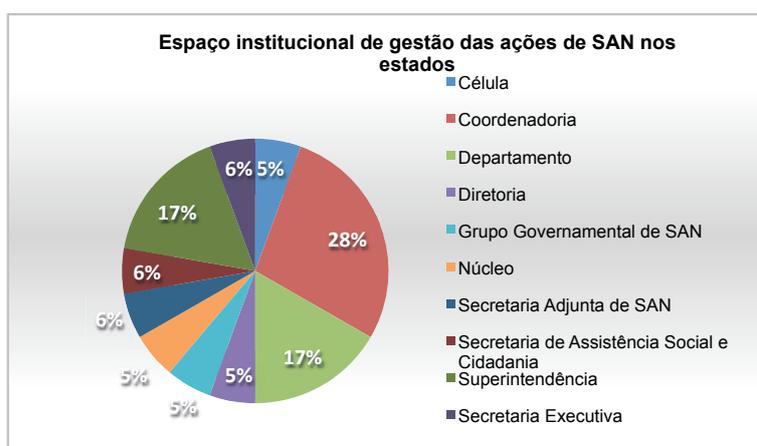
Este bloco de informações tem como objetivo levantar as estruturas de gestão estadual para as ações de SAN. Os dados mais relevantes estão destacados a seguir:

A. Espaço institucional

Cada estado ou município, de acordo com as especificidades do Sistema de SAN e da Política de SAN no âmbito local, irá constituir espaços institucionais para coordenar as relações intersetoriais e federativas. Dos 23 estados e o DF que

preencheram o mapeamento, 75% informaram ter um **espaço institucional específico** para coordenar a Política de SAN (Secretaria executiva, secretaria, superintendência, departamento, coordenação, superintendência, diretoria, grupo governamental, célula, núcleo), definidos conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição dos estados e Distrito Federal, segundo o tipo de espaço institucional que responde pela gestão das ações de SAN.



B. Leis estaduais de SAN

As leis de Segurança Alimentar e Nutricional formalizam e instituem o Sistema de SAN no âmbito estadual. Todos os estados e o Distrito federal já formalizaram o SISAN por meio de lei, apenas os estados do Acre, Mato Grosso e São Paulo ainda não publicaram suas **leis estaduais de SAN**.

C. Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans estaduais)

Todos os estados que preencheram o MapaSAN informaram que têm **Caisans estruturadas**. A grande maioria (75%) realizou pelo menos uma reunião nos últimos três meses (Gráficos 3) e quanto à periodicidade das reuniões (Gráfico 4) 37% com uma periodicidade mensal e 21% estabeleceram a periodicidade trimestral para as reuniões.

Gráfico 3: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo a realização da última reunião da Caisan estadual

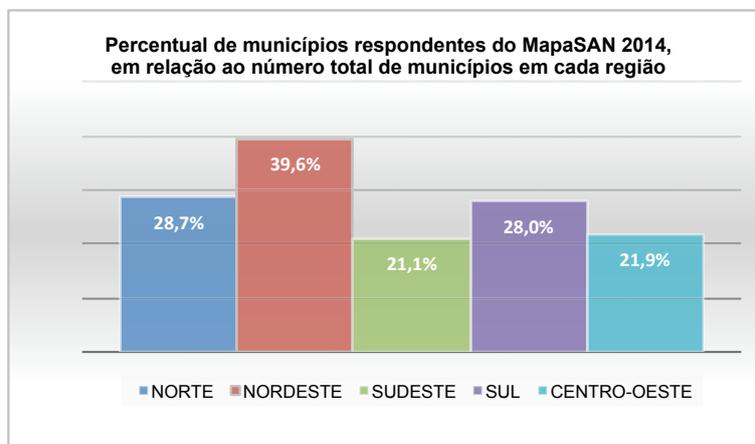
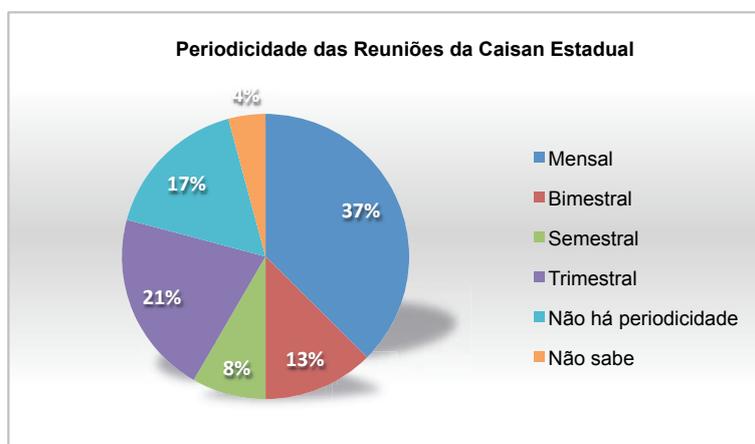
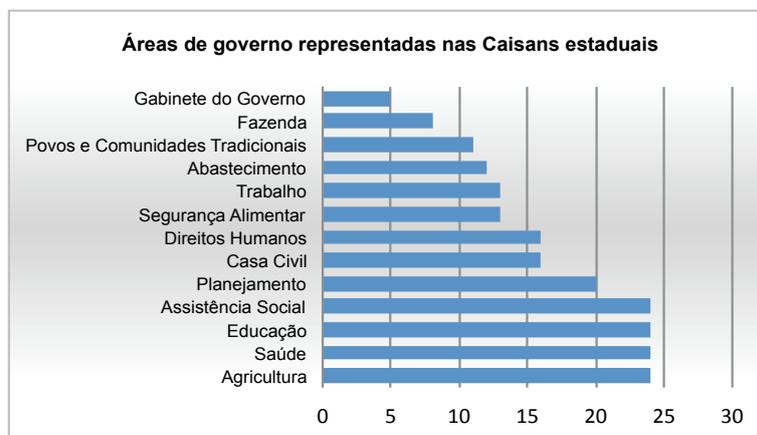


Gráfico 4: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo a periodicidade das reuniões da Caisan estadual



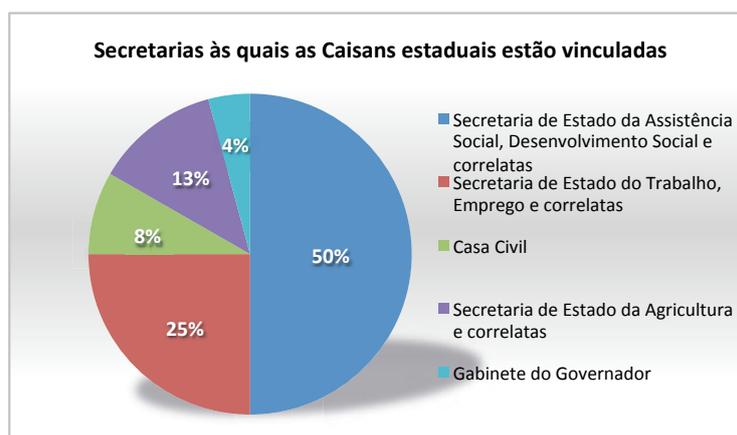
Os setores de Agricultura, Assistência Social, Saúde e Educação estão representados em todas as Caisans estaduais. Enquanto que Casa Civil, Direitos Humanos, Abastecimento, Fazenda e Planejamento compõem parte das Caisans estaduais. Destaca-se que em 13 estados (54,16%), há um órgão governamental específico de Segurança Alimentar e Nutricional participando das Caisans estaduais. O Gráfico 5 apresenta a representatividade de cada setor governamental nas Caisans estaduais:

Gráfico 5: Setores de governo representados nas Caisans estaduais (em p.p.)



As Caisans estaduais estão vinculadas administrativamente a diferentes setores. A metade delas (50%) junto às Secretarias de Assistência Social, Desenvolvimento Social ou correlatas; 25% vinculam-se às Secretarias de Trabalho, Emprego ou correlatas; 13% com as Secretarias de Agricultura e afins; 8% com a Casa Civil; e 4% com o Gabinete do Governador (Gráfico 6).

Gráfico 6: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo a vinculação institucional da Caisans



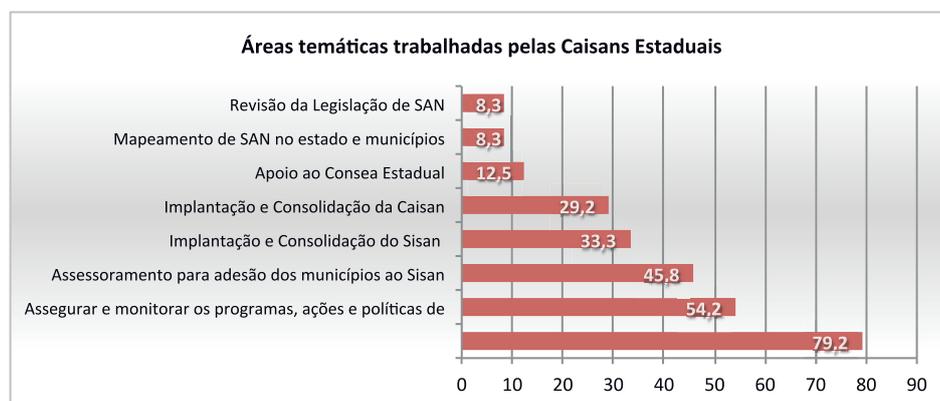
As funções das **Secretarias Executivas das Caisans estaduais** foram detalhadas por 75% das Caisans e estão respaldadas nas suas respectivas legislações (decretos ou leis de criação das Caisans estaduais), podendo ser agrupadas nos seguintes eixos:

- Apoio administrativo e operacional ao funcionamento da Caisan e ao seu presidente;

- Ações de comunicação e mobilização entre os membros da Caisan estadual, Consea estadual e municípios;
- Assessoramento, monitoramento e avaliação das ações da Caisan estadual;
- Instalação, acompanhamento e apoio ao trabalho dos comitês técnicos da Caisan estadual; e
- Apoio à implantação e consolidação do Sisan nos municípios.

O Gráfico 7 apresenta a lista das principais áreas temáticas que são objeto de atuação das Caisans estaduais. Destacam-se as ações relacionadas ao (i) Plano estadual de SAN (elaboração, aprovação, revisão, avaliação e/ou monitoramento, mencionadas por 79,16% dos estados); (ii) monitoramento de ações, programas e políticas de SAN, tanto nacionais como estaduais, como por exemplo: agricultura familiar (compras institucionais e Programa de Aquisição de Alimentos); convivência com o Semiárido – acesso à água; equipamentos públicos de SAN – Restaurante Popular; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; modernização das Centrais de recebimento e distribuição de alimentos; SAN no Sistema Prisional e SAN nas instituições de longa permanência), ação mencionada por 54,2% dos estados.

Gráfico 7: Áreas temáticas trabalhadas pelas Caisans estaduais (em p.p.)



Em relação aos recursos humanos à disposição das Caisans estaduais (Gráfico 8), observa-se que: 37% dispõem de 2 a 4 pessoas para trabalhar na Caisan; 25% apenas uma pessoa; 17% 5 pessoas ou mais; e 21% não responderam. Quanto à estrutura física, observa-se que os itens mais disponíveis nas Caisans estaduais são: veículos compartilhados, material de escritório, acesso à internet, apoio logístico e computadores (Gráfico 9).

Gráfico 8: Distribuição percentual das Unidades da Federação segundo o número de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan estadual

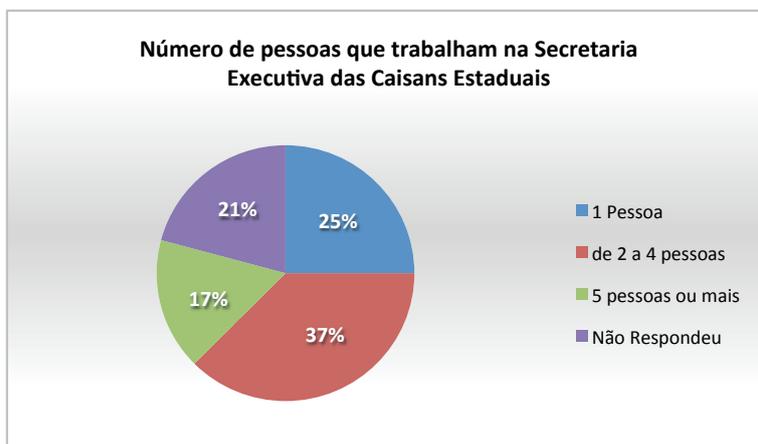
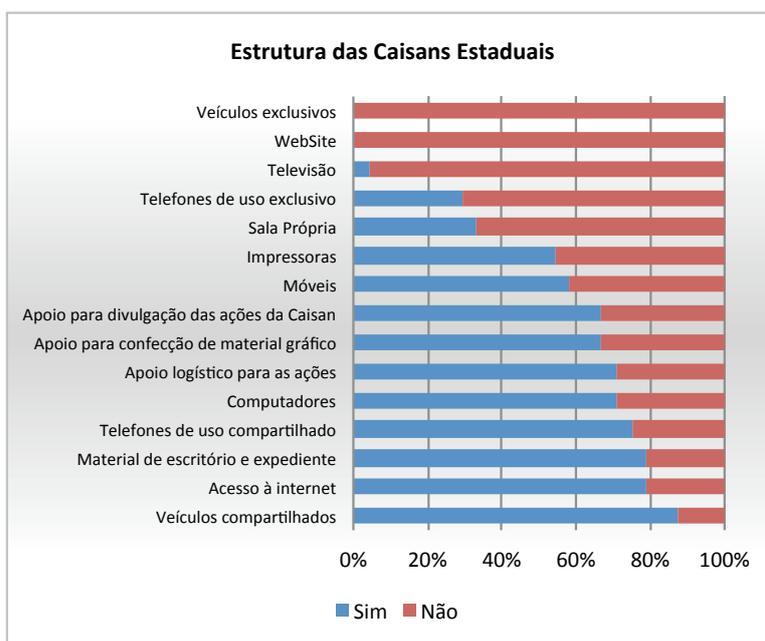


Gráfico 9: Disponibilidade de estrutura para as Caisans estaduais



D. Conferências estaduais de SAN

Todos os estados que responderam ao mapeamento já realizaram Conferências de SAN. A maioria (92%) realizou a última conferência em 2011 e 8% realizaram no ano de 2013, destacando: 52% já realizaram três Conferências de SAN; 26% realizaram quatro Conferências de SAN; 19% realizaram cinco Conferências de SAN; e um estado realizou apenas uma Conferência de SAN.

E. Planos estaduais de SAN

Uma proporção de 29% (n = 7) dos estados têm planos de SA, e iniciaram o monitoramento, são eles: DF, MG, PE, CE, PR, SC e MA. A maioria dos estados conduziu o processo de elaboração, em consonância com o Plano Plurianual. Em relação à elaboração do Plano de SAN, foram apresentadas algumas dificuldades por problemas de ordem política, técnica e de recursos financeiros, com destaque para:

- Falta de entendimento e conciliação de agendas dos gestores quanto à importância e necessidade de elaboração do plano e deliberação das ações;
- Não participação e baixa priorização dos diversos gestores envolvidos na Caisan;
- Não consolidação do papel da Caisan estadual;
- Pouco tempo disponível para os envolvidos atuarem na elaboração do Plano;
- Corpo Técnico insuficiente;
- Demora nos processos licitatórios para a realização das oficinas regionais, fórum e seminário, que irão subsidiar a elaboração do Plano de SAN, e dificuldade na contratação para os serviços de consultoria especializada em SAN;
- Dificuldade de reunir as informações das diversas Secretarias e ausência de diagnóstico de SAN no estado;
- Formação em SAN insuficiente de grande parte dos envolvidos na elaboração do Plano;
- Dificuldade na definição do escopo do Plano estadual e em seguir o Plano Nacional de SAN.
- Atraso na liberação dos recursos financeiros devido ao período eleitoral;
- Burocracias relacionadas aos ajustes no Plano de Trabalho dos convênios firmados com o MDS.

Em relação às ações contempladas no Plano estadual de SAN, as mais frequentemente mencionadas estão listadas no Gráfico 10:

Gráfico 10: Percentual de ações contempladas nos Planos estaduais de SAN



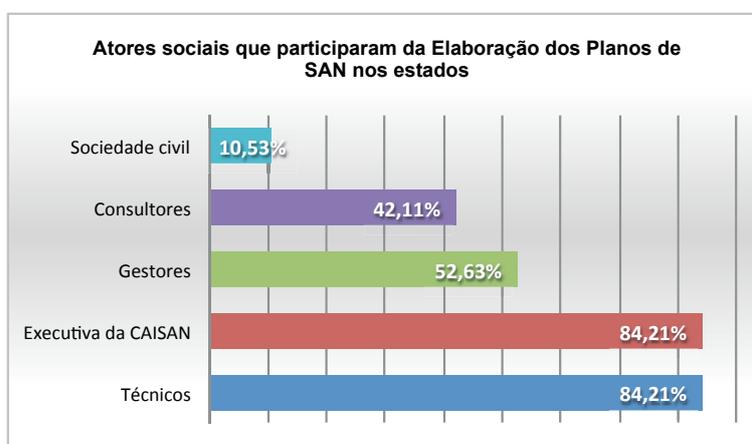
Ainda, uma série de outras ações foi mencionada, demonstrando a diversidade de ações necessárias à garantia da SAN no território brasileiro:

- Ações de Direito Humano à Alimentação Adequada;
- Ações relacionadas à participação: fortalecimento do controle social, sistema de Participação Popular e Cidadã do Estado;
- Ações relacionadas à agricultura: jovens rurais, regularização fundiária, assentamentos, controle de agrotóxicos;
- Ações relacionadas a questões ambientais: preservação e educação ambiental, pagamento por serviços ambientais;
- Ações relacionadas ao Sisan: fortalecimento da articulação intersectorial, fortalecimento dos componentes do Sisan;
- Ações relacionadas às populações específicas e povos e comunidades tradicionais: geração de renda, moradores de rua, quebradores de coco babaçu, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, demais povos e comunidades tradicionais, fomento e promoção às ações de gênero;
- Ações relacionadas à água: acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos, gestão de bacias hidrográficas, pesca e aquicultura;
- Ações relacionadas à produção de alimentos: certificação de alimentos, inspeção sanitária, tributação de alimentos, vigilância sanitária, investimento em estradas para escoamento de produção, logística e transportes, controle e regulação de alimentos produzidos e disponibilizados no DF; e

- Ações relacionadas à alimentação e nutrição: vigilância alimentar e nutricional, formulação e implementação de uma política distrital de alimentação e nutrição, programas de provimento alimentar, alimentação do trabalhador, valorização da cultura alimentar.

Diferentes atores sociais têm participado dos processos de elaboração dos Planos estaduais de SAN. A maioria dos estados (79%, n = 19) respondeu sobre o perfil desses atores, destacando os técnicos da Secretaria Executiva da Caisan; técnicos e gestores; consultores e sociedade civil conforme Gráfico 11.

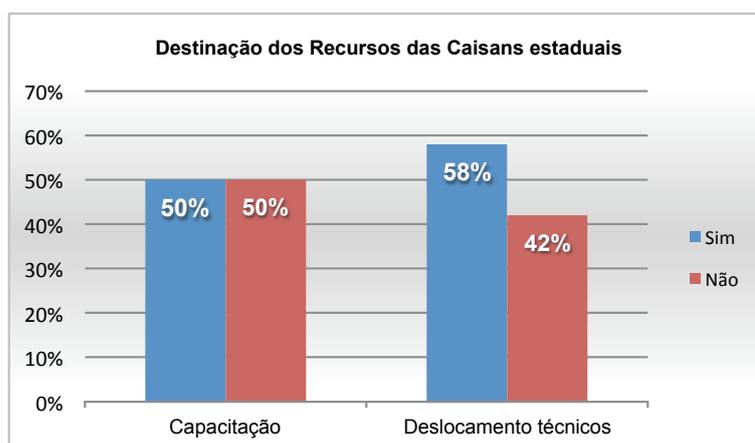
Gráfico 11: Participação de atores na Elaboração dos Planos de SAN nos estados, segundo o perfil dos atores (em p.p.)



F. Orçamento para ações de Segurança Alimentar e Nutricional

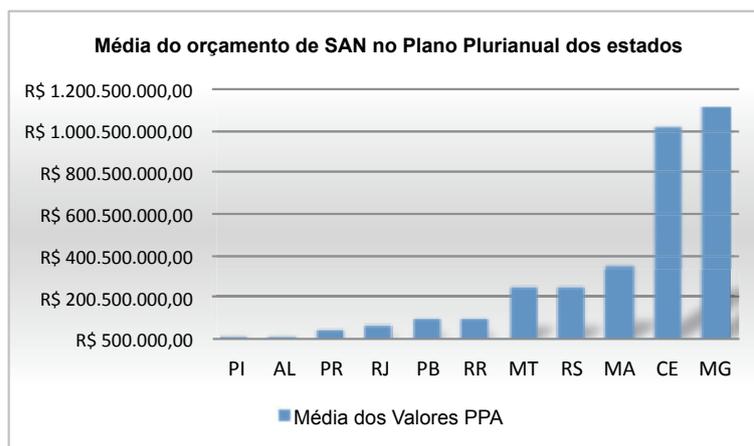
Em relação aos recursos orçamentários para a gestão das ações da Caisan, 25% (BA, DF, ES, MG, MS, DF) dispõem de recursos exclusivos para a gestão de suas ações, com os valores variando de R\$100 mil a R\$700 mil. Dentre as destinações orçamentárias disponíveis para financiamento de ações das Caisans estaduais, 50% dos estados garantem recursos para capacitação e 58% para deslocamento dos técnicos, conforme Gráfico 12.

Gráfico 12: Percentual de destinação dos recursos das Caisans



Com relação ao orçamento estadual para o financiamento de políticas de SAN, 41% (n = 10) dos estados informaram aplicar um montante (média dos quatro anos) de recursos, que varia entre R\$1,9 milhão a R\$ 1,1 bilhão (Gráfico 13).

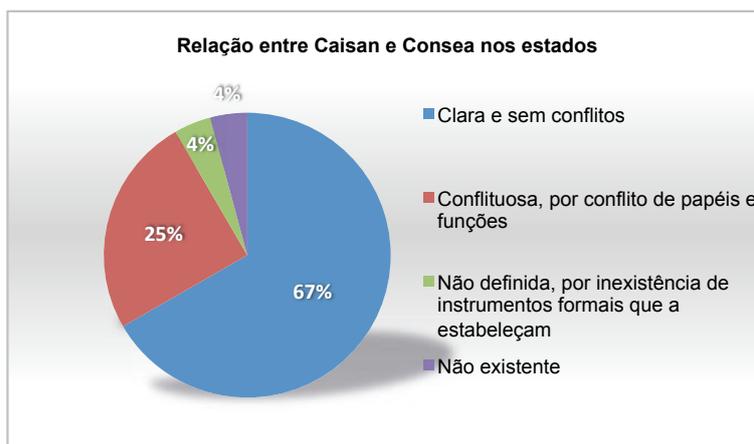
Gráfico 13: Média do orçamento aportados em SAN nos últimos quatro anos de PPA (em milhões de R\$)



G. Relação entre Caisan e Consea estadual

Quanto à Caisan e Consea estadual, 67% (n = 16) responderam que a relação entre Caisan e Consea é clara e sem conflitos, a saber: AL, AM, BA, CE, DF, ES, MA, MS, MT, PA, PE, PI, RJ, RR, SC e SP). Enquanto que para 25% das Caisans estaduais há conflitos e confusão de papéis e funções e 8% não há relação definida.

Gráfico 14: Relação entre Caisan e Consea nos estados



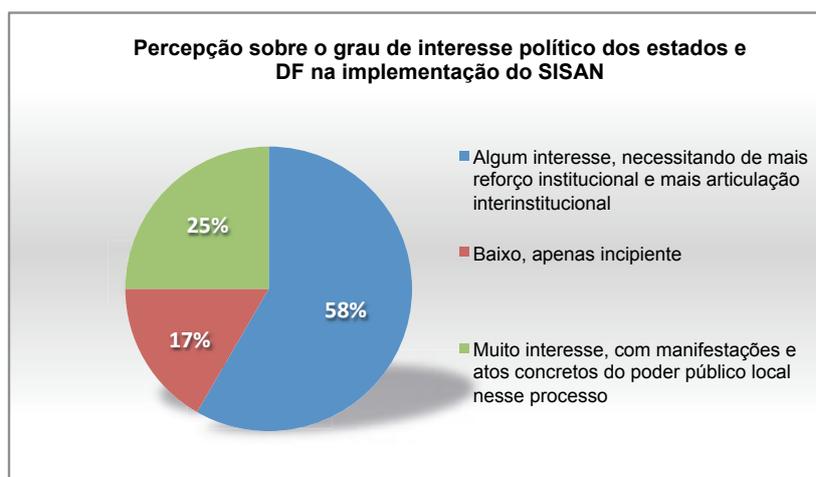
H. Implantação do Sisan

As Caisans estaduais informaram que a estratégia de aproximação/parceria com as **universidades públicas**, com o objetivo de apoiá-las na implantação do Sisan, é percebida de forma muito positiva. Alguns aspectos foram destacados:

- Em alguns estados, já existe aproximação com universidades, sejam como convidadas pela Caisan estadual, ou como membros do Consea;
- Há uma percepção de complementariedade dos projetos elaborados pelas Caisans estaduais e pelas universidades, considerando que houve a oportunidade de estabelecerem consensos antes da formalização;
- Foi considerada que a aproximação das universidades com os estados (Caisans estaduais) e a sociedade civil organizada possibilitará o fortalecimento das políticas públicas, a formação de atores envolvidos na promoção do DHAA e SAN, além do diagnóstico, extensão universitária e pesquisas em SAN nos estados;
- O apoio técnico das universidades é visto como uma oportunidade de formação e capacitação dos atores, na perspectiva da educação permanente, além de elaboração de materiais e apoio aos municípios para adesão ao Sisan. Além do apoio na elaboração da Política e do Plano estadual de SAN, planejamento de ações em SAN em nível municipal e estadual, no monitoramento e avaliação (construção de indicadores de SAN), e na realização de Conferências e Encontros de SAN.

Em relação ao grau de interesse político do estado para implantação do Sisan, 58% (n = 14) estados informaram algum interesse, necessitando de mais reforço institucional e articulação interinstitucional; 25% (n = 6) informaram muito interesse do estado, com manifestações e atos concretos do poder público local; e 17% (n = 4) baixo interesse do estado (Gráfico 15).

Gráfico 15: Percepção sobre o grau de interesse político dos estados e DF na implementação do Sisan



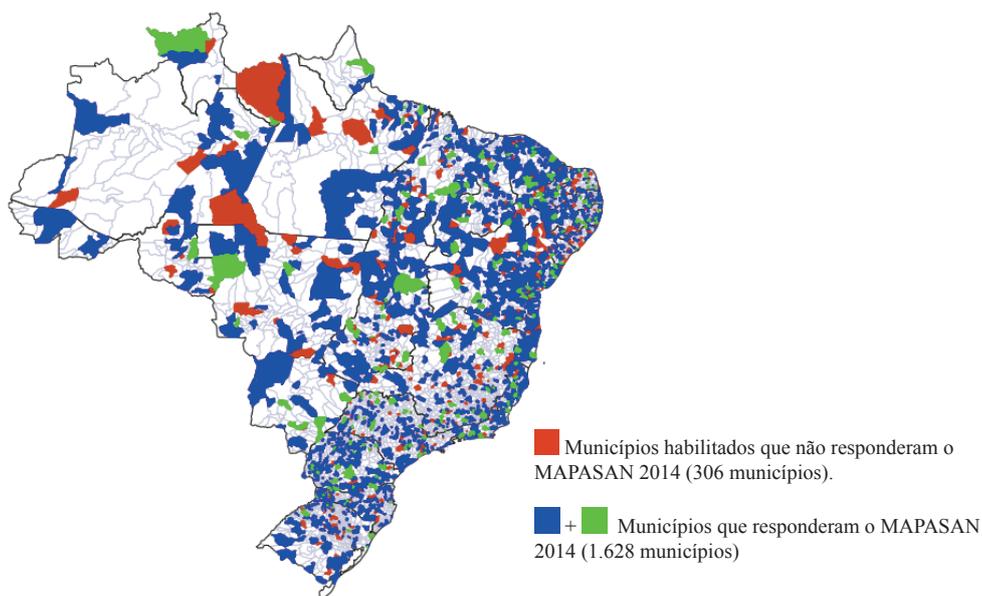
O estágio atual de implantação do Sisan nos estados traz aspectos que para alguns representam fragilidades; e para os demais, potencialidades.

- A mobilização para implantação do Sisan nos municípios foi reconhecida como uma grande potencialidade na construção do Sisan pelas Caisans nos estados de AL, CE, MA, MG, PB, PI, RO, RS, SE e TO, as quais estão estruturando equipes de assessoramento aos municípios. Ainda assim para alguns estados (BA, PB, RS), este processo de mobilização para as ações de SAN e adesão ao Sisan nos municípios ainda é um desafio.
- Em relação à participação, algumas Caisans referiram baixa participação de gestores, técnicos e sociedade civil tanto na Caisan quanto no Consea. Em outros estados há avanços nesta participação, como por exemplo: AL, ES, MA, PB, RS, SE, SP e TO;
- Quanto à articulação política, especialmente em relação à participação e envolvimento dos gestores no Sisan, para alguns estados (AL, MT, PA, RR, SP) há avanços tanto em relação à disseminação da política de SAN quanto ao envolvimento dos gestores na implantação do Sistema. Para outros estados essa questão foi apontada como uma fragilidade a ser superada, há uma baixa sensibilização dos gestores (governadores, secretários de estado) em relação ao Sisan. Alguns estados (SE, RS) referiram que no ano de 2014, com a realização da copa do mundo e o período eleitoral, a pauta de SAN ficou comprometida.
- A elaboração dos Planos estaduais de SAN representa uma potencialidade na implantação do Sisan para algumas Caisans estaduais (PA, PE e SC), sendo que em alguns casos tais planos já estão em fase de execução e monitoramento. Entretanto, outros estados (BA e AL) referem o atraso na elaboração do Plano como uma fragilidade à implantação do Sisan.
- O aporte de recursos do governo federal e o apoio da Caisan Nacional aos estados são percebidos pelas Caisans estaduais (AC, MA, MT e PR) como uma potencialidade na implantação do Sisan; contudo a inexistência de financiamento estadual tanto para as ações de SAN quanto para gestão do Sistema foi apontada como fragilidade por alguns estados (AC, AM, CE, MA, MG, MT e PR).

3. MAPASAN DOS MUNICÍPIOS

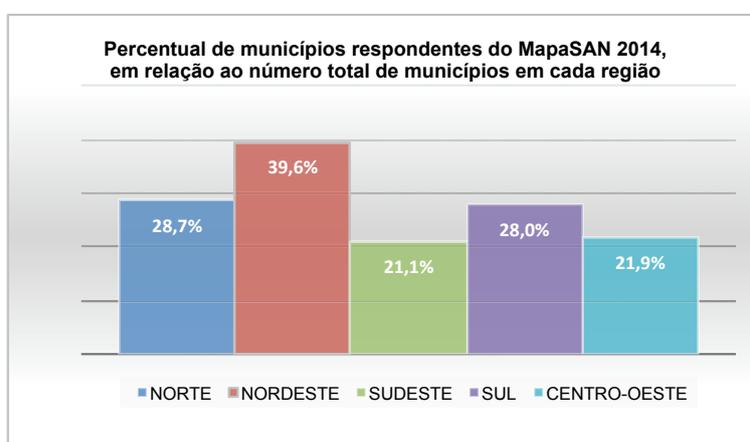
Participaram do MapaSAN 2014 1.934 municípios. Destes, 1.628 (84%) finalizaram o preenchimento do formulário eletrônico e 306 (16%) municípios apenas identificaram as referências, mas não evoluíram com as demais informações, conforme o mapa abaixo. Desta forma, foram consideradas, para as análises apresentadas na sequência, as informações referentes aos 1.628 municípios.

Gráfico 16: Municípios que responderam o MapaSAN 2014



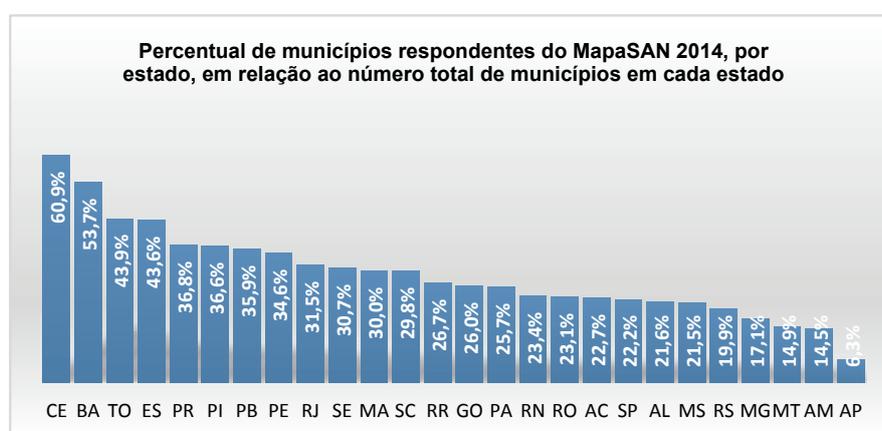
Levando-se em conta o número de municípios segundo as grandes regiões, constata-se que a região Nordeste teve uma participação maior, com 39,6% dos municípios respondentes, seguida da região Norte, com 28,7%, e das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente com 28,0%, 21,9% e 21,1% (Gráfico 17).

Gráfico 17: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, em relação ao número total de municípios de cada região



Em todo o país, 1.628 municípios dos 26 estados da Federação responderam ao MapaSAN 2014. O Gráfico 18 demonstra o percentual de cobertura do MapaSAN 2014 em relação ao percentual de municípios existentes por estado. No Estado do Ceará, 61% (n = 112) dos municípios do estado responderam o MapaSAN; já no estado do Amapá, apenas um dos 16 municípios respondeu, o que corresponde a 6,3%.

Gráfico 18: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, por estado, em relação ao número total de municípios de cada estado

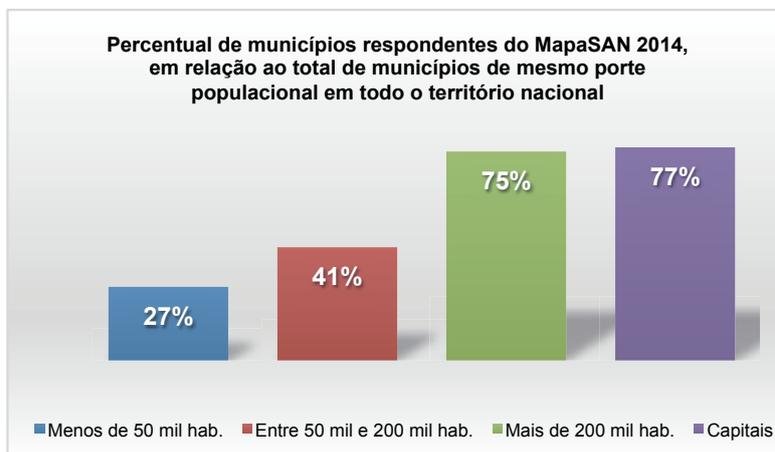


Outra forma de agregação de dados foi utilizada para a análise dos resultados do MapaSAN 2014 levando-se em conta o porte populacional dos municípios. Para esta forma de agregação, foram consideradas quatro classes de municípios em função da população e as capitais:

- Municípios com até 50 mil habitantes;
- Municípios com população entre 50.001 até 200 mil habitantes;
- Municípios com população acima de 200 mil habitantes; e,
- Capitais.

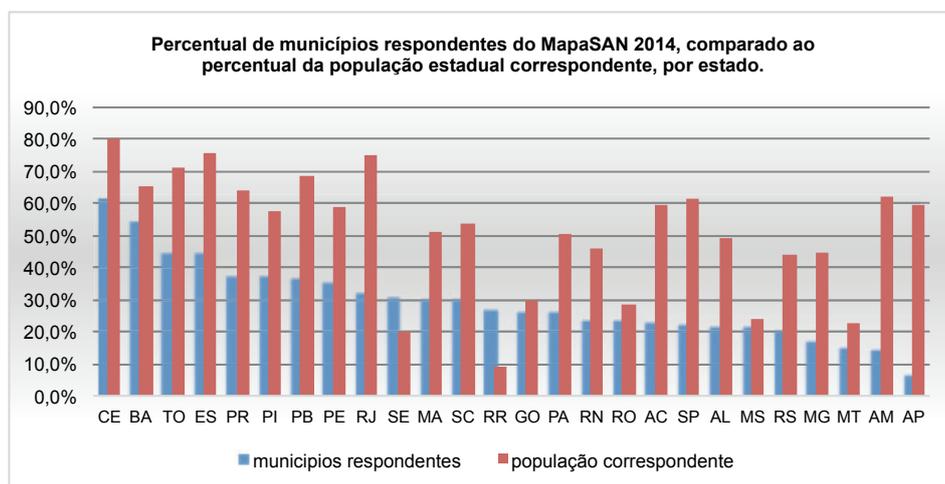
Segundo este critério, observou-se o seguinte resultado de representatividade: 27% dos municípios com população até 50 mil habitantes responderam ao mapeamento; 41% dos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes; 75% dos municípios com mais de 200 mil habitantes; e 77% das capitais.

Gráfico 19: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, em relação ao total de municípios de mesmo porte populacional em todo o território nacional



Ao se considerar a população que estes municípios representam, pode-se constatar que 56,8% da população brasileira residem nos municípios que responderam o mapeamento, sendo os dados, agregados por estado, apresentados no Gráfico 20.

Gráfico 20: Percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2014, comparado ao percentual da população estadual, por estado.



3.1 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAN E CONTROLE SOCIAL

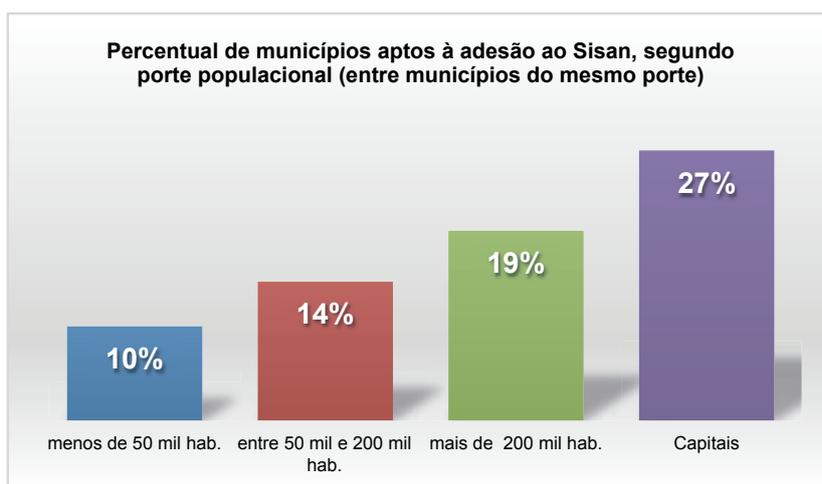
Todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan e o processo de adesão dos municípios foi iniciado em 2013. O processo de adesão municipal requer uma reorganização da governança das ações de SAN nos municípios para criar os componentes deste Sistema (Câmara Intersetorial de SAN e Conselho Municipal de SAN), além de assumir o compromisso de realização de conferências de SAN e

de elaboração do Plano de SAN em até um ano. Isso requer a publicação de leis e/ou decretos e assinatura do termo de adesão pelo gestor local.

Até o momento, segundo os dados do MapaSAN 2014, 177 municípios (11% do total respondentes) já teriam cumprido em tese os pré-requisitos para a adesão ao Sistema. Ou seja, informaram que tem Caisans e Conseas instituídos, os quais podem ser estimulados à formalização da adesão junto à Caisan Nacional. Esses 177 municípios representam, comparando a amostra de municípios que preencheram o MapaSAN, 15,2% na região Sul; 13,8% no Nordeste; 8,7% na região Norte; 4,3% no Sudeste; e 1,2% no Centro-Oeste.

Ao se considerar o porte populacional dos municípios, o resultado é maior entre as capitais e municípios com mais de 200 mil habitantes (Gráfico 21).

Gráfico 21: Percentual de municípios aptos à adesão ao Sisan, segundo porte populacional (entre municípios do mesmo porte)



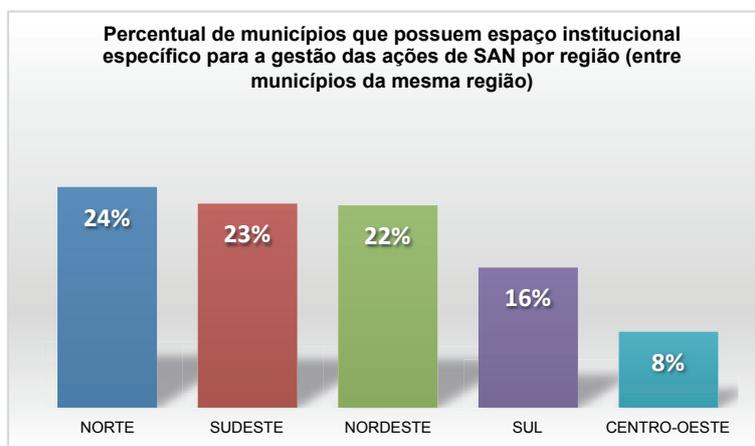
Este bloco de informações tem como objetivo levantar as estruturas de gestão e controle social para as ações de SAN nos municípios.

A. Espaço institucional

Inicialmente, procurou-se investigar se os municípios brasileiros dispõem de um espaço institucional (secretaria, departamento, coordenação, superintendência ou uma estrutura correspondente) que seja responsável pela gestão das ações de SAN em nível local. Dos 1.628 municípios, 20,3% (total de 330) informaram ter algum espaço institucional.

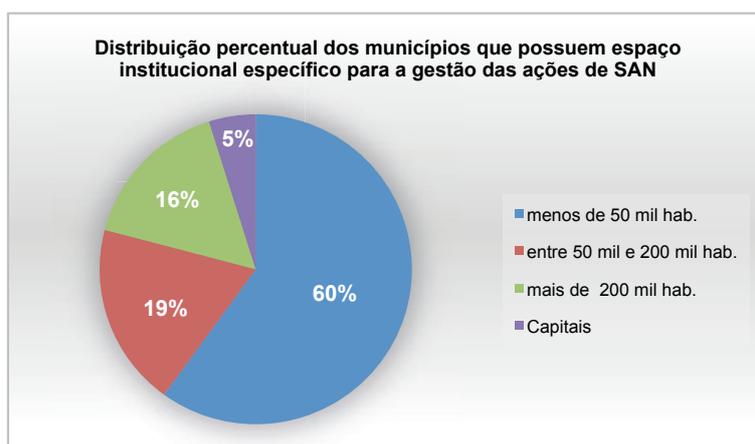
Ao se analisar o percentual por região (Gráfico 22), observou-se que 24% dos municípios da região Norte que responderam ao MapaSAN possuíam espaço institucional específico; 22% entre os da região Nordeste; 23% entre os do Sudeste; 16% entre os da região Sul, 16%; e 8% entre os do Centro-Oeste.

Gráfico 22: Percentual de municípios que possuem espaço institucional específico para a gestão das ações de SAN por região



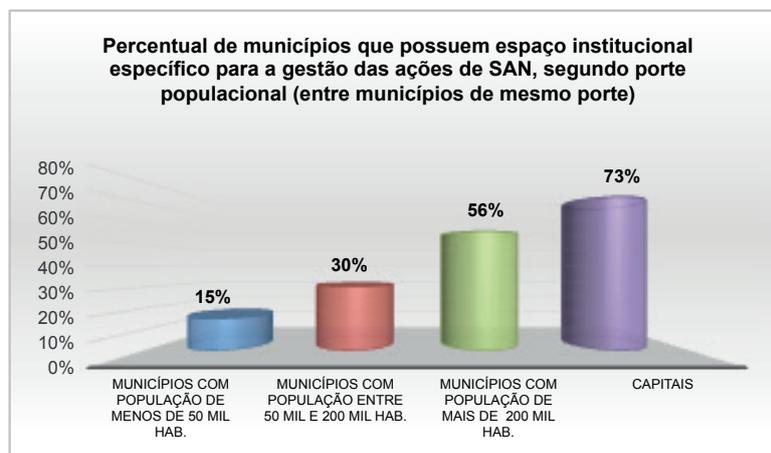
Se analisarmos por porte populacional dos municípios que declararam dispor de um espaço institucional específico para a gestão das ações de SAN, 60% possuem menos de 50 mil habitantes (Gráfico 23).

Gráfico 23: Distribuição percentual dos municípios que possuem espaço institucional para a gestão das ações de SAN



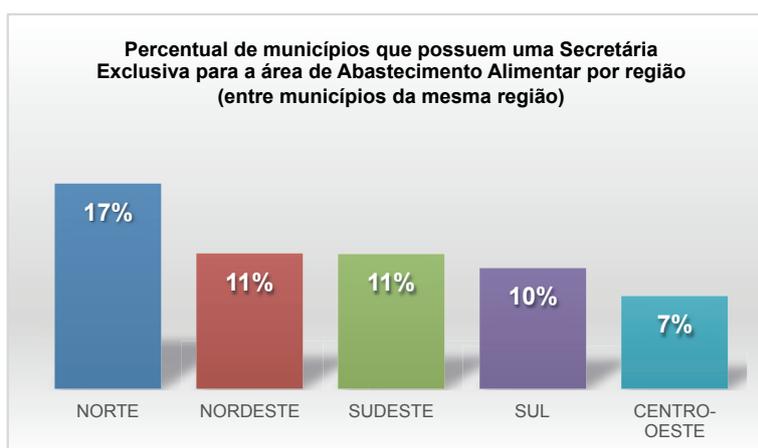
Comparando os municípios com o mesmo porte populacional, a distribuição de percentual se altera, demonstrando que 73% das capitais e 56% dos municípios com mais de 200 mil habitantes dispõem de um espaço institucional responsável pela gestão das ações de SAN (Gráfico 24).

Gráfico 24: Percentual de municípios que possuem espaço institucional específico para a gestão das ações de SAN, segundo porte populacional



Ressalta-se, ainda, que 11% (n = 177) dos municípios respondentes informaram ter uma secretaria de abastecimento alimentar. Se considerarmos o porte populacional, isso equivale a 36% das capitais, 19% dos municípios com mais de 200 mil habitantes, 12% entre 50 e 200 mil habitantes e 10% dos municípios de pequeno porte. O Gráfico 25 representa o percentual de municípios respondentes, por região, que possuem uma secretaria exclusiva para a área de abastecimento alimentar.

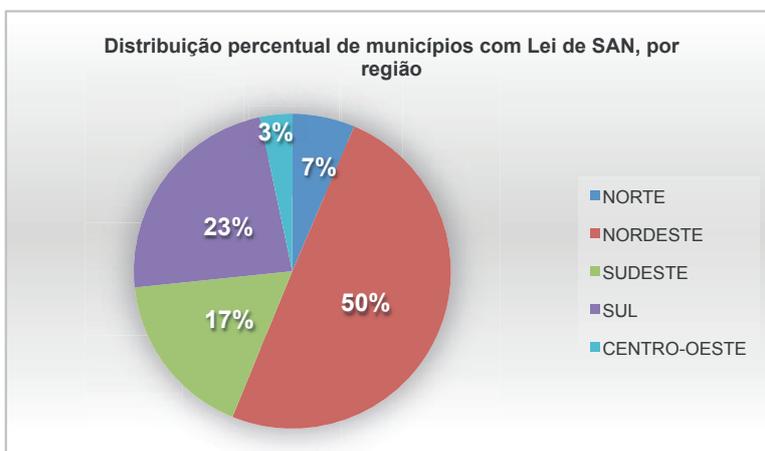
Gráfico 25: Percentual de municípios que possuem Secretaria Exclusiva para área de Abastecimento Alimentar por região



B. Leis Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

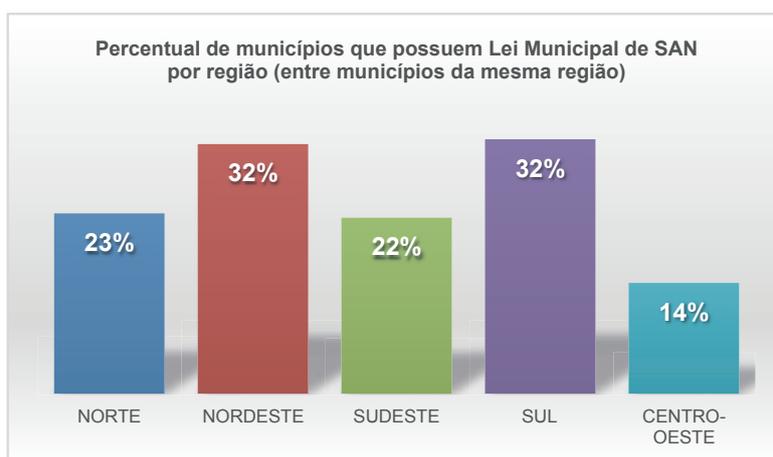
Observou-se que 27,8% (total de 454) dos municípios têm Leis Municipais de SAN. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de municípios com leis, 50% e 17% respectivamente (Gráfico 26).

Gráfico 26: Distribuição percentual de municípios com Lei de SAN, por Região.



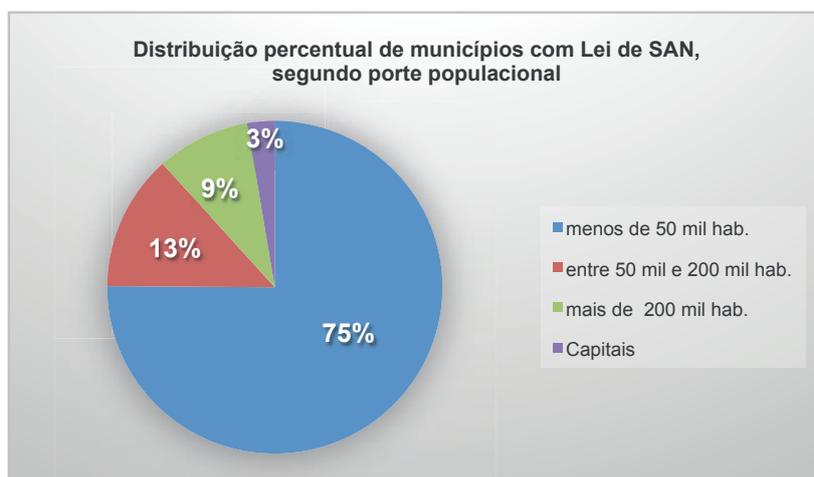
Ao se levar em conta a representação dos municípios em cada região, com Lei Municipal de SAN, destacam-se as regiões Nordeste e Sul, com 32%, Norte e Sudeste, respectivamente com 23% e 22%, seguidos da região Centro-Oeste, com 14%.

Gráfico 27: Percentual de municípios que possuem Lei Municipal de SAN por região.



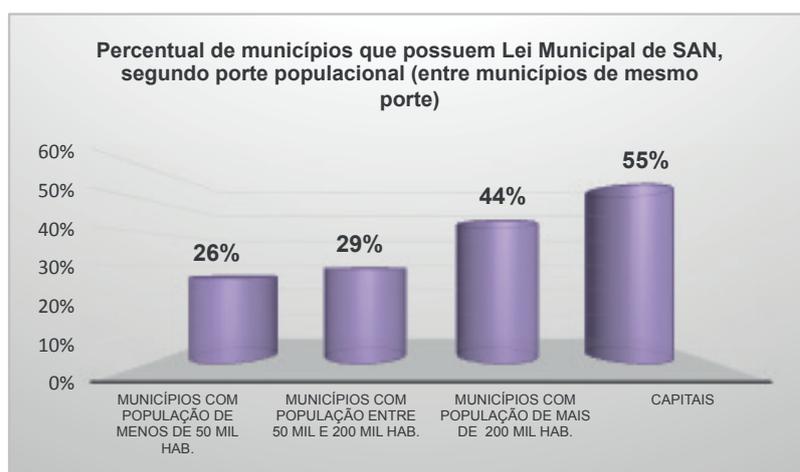
Dentre os municípios que têm **Lei Municipal de SAN**, a maioria é de pequeno porte (75%), totalizando 341 dos 454 municípios que responderam afirmativamente. Ao se considerar o total de municípios e o porte populacional, e a distribuição dos municípios que têm Lei de SAN, temos o seguinte cenário:

Gráfico 28: Distribuição percentual de municípios com Lei de SAN, segundo porte populacional.



Contudo, este cenário se altera se for analisada a representatividade dos municípios por porte populacional: entre os municípios de mesmo porte, observa-se que as leis municipais de SAN estão mais concentradas em municípios grandes e nas capitais, conforme o Gráfico 29:

Gráfico 29: Percentual de municípios que possuem Lei Municipal de SAN, segundo porte populacional.

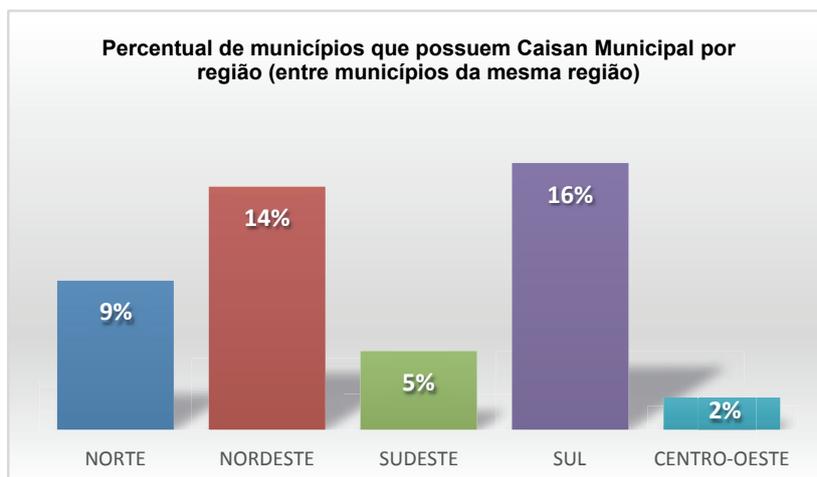


C. Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Municipais)

As Caisans são espaços de articulação, formulação e monitoramento das ações de SAN. Sua criação é um pré-requisito para a adesão municipal ao Sisan. Verificou-se que 11,1% dos municípios (n = 181) já criaram suas instâncias intersetoriais. A

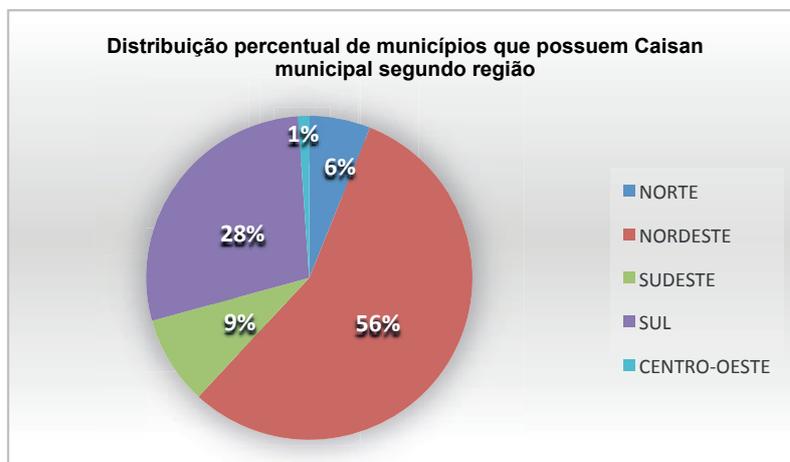
seguir a representação gráfica dos dados sobre a representatividade de municípios com Caisan, por região (Gráfico 30).

Gráfico 30: Percentual de municípios que possuem Caisan Municipal, por região.



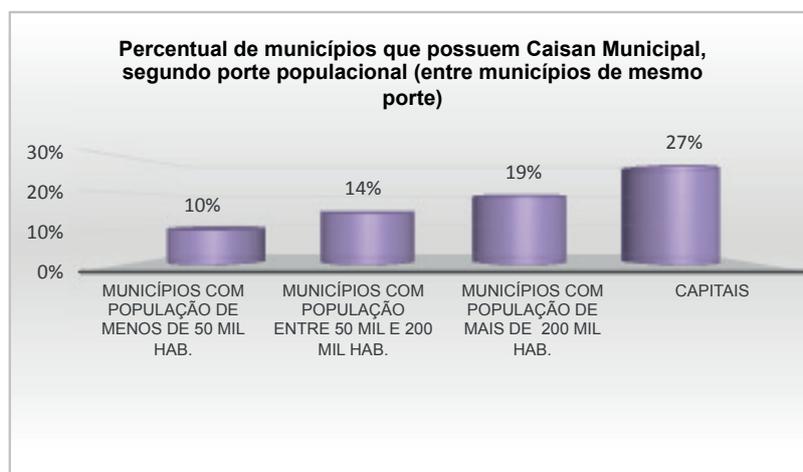
Os municípios que possuem Caisan Municipal estão, em sua grande maioria, no Nordeste (56%), seguidos pelo Sul (28%). O Sudeste apresenta 9% do total de municípios com Caisan Municipal e o Norte e Centro-Oeste, respectivamente, com 6% e 1%.

Gráfico 31: Distribuição percentual de municípios que possuem Caisan Municipal segundo região.



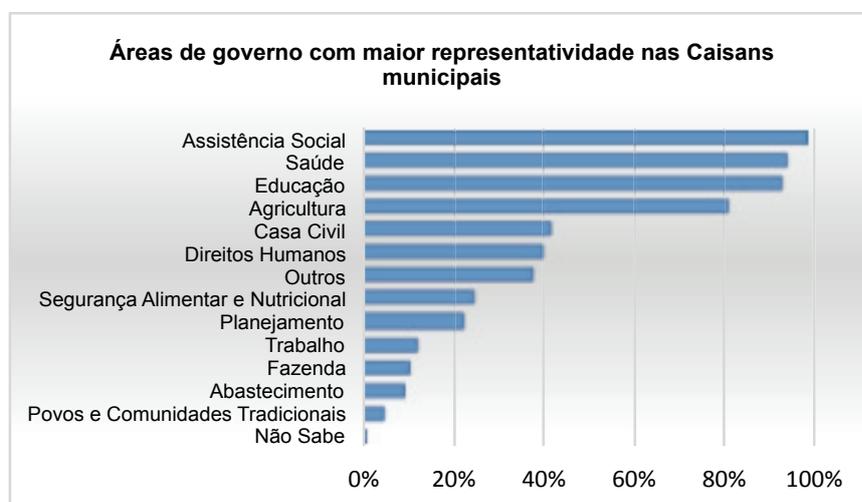
A maioria dos municípios que possui Caisan municipal é de pequeno porte (70%), considerando-se a população dos municípios. Porém, em termos de representatividade por porte populacional, ou seja, entre os municípios de mesmo porte, as Caisans estão mais concentradas nos municípios grandes e nas capitais (Gráfico 32).

Gráfico 32: Percentual de municípios que possuem Caisan Municipal, segundo porte populacional.



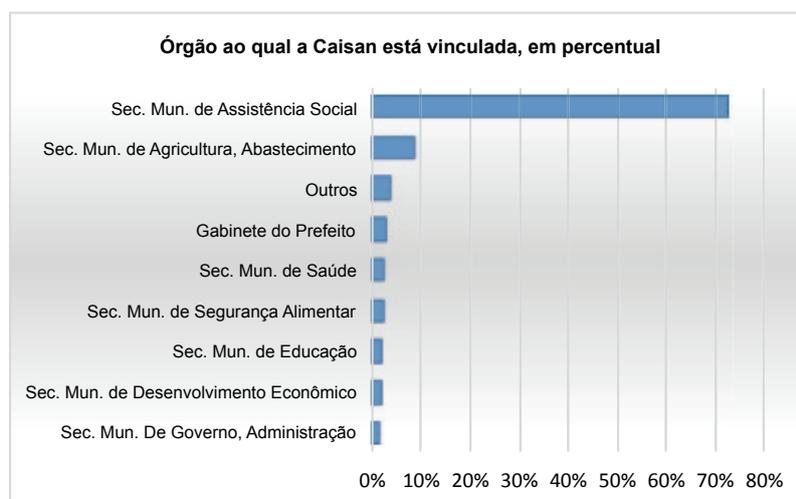
Ainda, no que se refere à composição das Caisans municipais, em relação às **áreas de governo** com maior representatividade destacam-se: Assistência Social (98%), Saúde (93%), Educação (92%) e Agricultura (81%) (Gráfico 33).

Gráfico 33: Áreas de governo com maior representatividade nas Caisans municipais



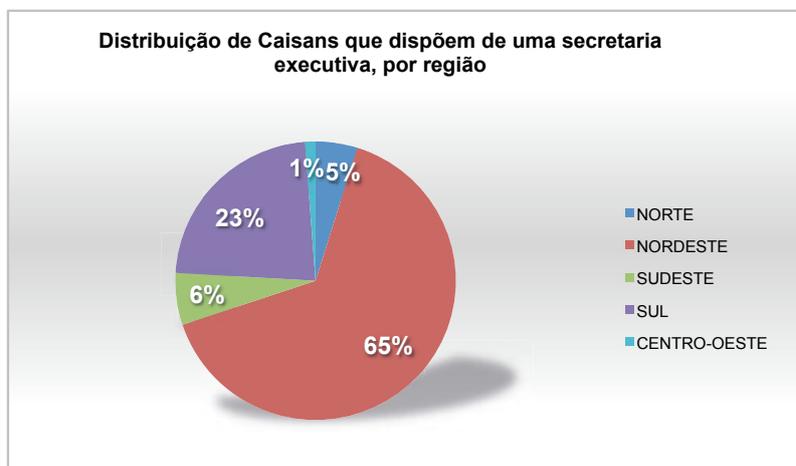
As Caisans estão vinculadas administrativamente a órgãos municipais. Na maioria (72%) dos municípios, as Caisans vinculam-se à Secretaria Municipal de Assistência Social e similares, seguida da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e/ou similares (9%), conforme o Gráfico 34.

Gráfico 34: Órgão administrativo ao qual a Caisan está vinculada, em percentual.



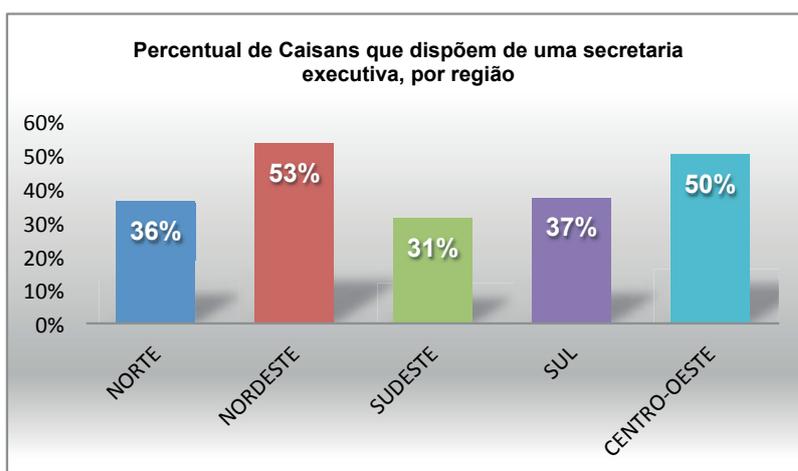
Dentre os 181 municípios que têm Caisan, apenas 10% declararam que dispõem de recursos orçamentários para a gestão das suas ações; 82% não dispõem e 9% não souberam responder. Nesses municípios com Caisans, 46% dispõem de secretaria executiva para desempenhar suas atribuições. Estão distribuídos da seguinte maneira: 65% (n = 54) estão no Nordeste, 23% (n = 19) no Sul, 6% (n = 5) no Sudeste, 5% (n = 4) no Norte e 1% (n = 1) no Centro-Oeste (Gráfico 35).

Gráfico 35: Distribuição de Caisans que dispõem de uma secretaria executiva, por região.



Ao se levar em conta a representatividade dos municípios respondentes da mesma região cujas Caisans dispõem de uma secretaria executiva, as regiões Nordeste (53%) e Centro-Oeste (50%); e o outro grupo, de regiões com a média de 35% dos municípios - Sul (37%), Norte (36%) e Sudeste (31%), conforme apresenta é apresentado no Gráfico 36.

Gráfico 36: Percentual de Caisans que dispõem de uma secretaria executiva, por região



Observou-se que existe uma média de 1,7 pessoas que trabalha nas Secretarias Executivas das Caisans municipais, ocorrendo alguma variação de acordo com a região e o porte populacional (Gráfico 37 e 38).

Gráfico 37: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan, por região.



Gráfico 38: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan, segundo porte populacional.



Entre os municípios que possuem Caisan, quando questionados sobre a estrutura física da mesma, a maioria afirmou dispor de apoio para ações de comunicação e divulgação (72%), apoio logístico (69%) e apoio para confecção de material Gráfico (67%). Já no que se refere ao acesso à internet, 67% das Caisans estão conectadas e 64% delas dispõem de material de escritório ou de expediente. Ainda, 53% das Caisans dispõem de impressora e 47% de computadores (Gráfico 39).

Gráfico 39: Estrutura física das Caisans municipais.

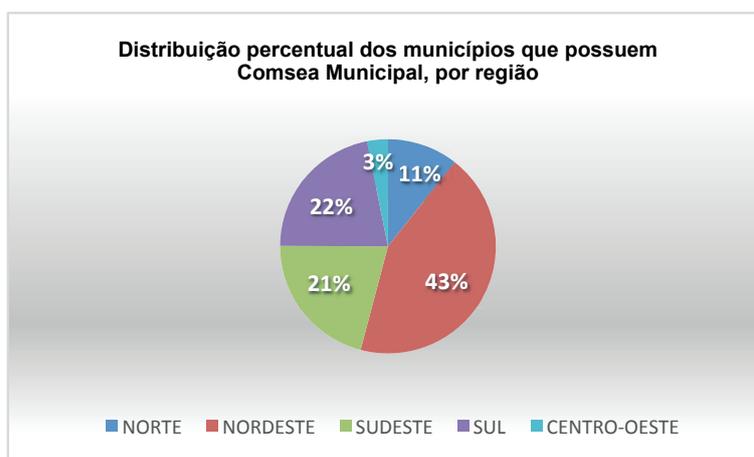


D. Conselhos Municipais de SAN – (Comseas)

Os Comseas são instâncias de participação e controle social das ações, programas e políticas de SAN. Sua criação é, também, um pré-requisito para a adesão municipal ao Sisan. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) - Losan, a composição deve ser de 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de governo, e a presidência deve ser, obrigatoriamente, da sociedade civil.

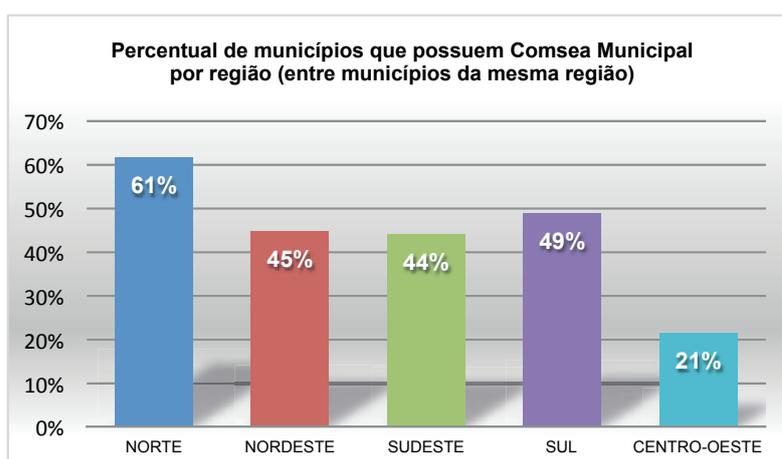
Identificou-se que 45% (total de 734) dos municípios que responderam ao levantamento têm Comseas, com destaque aos da região Nordeste (43%), seguido pelas regiões Sul e Sudeste, respectivamente com 22% e 21% (Gráfico 40).

Gráfico 40: Distribuição percentual dos municípios que possuem Comsea Municipal, por região.



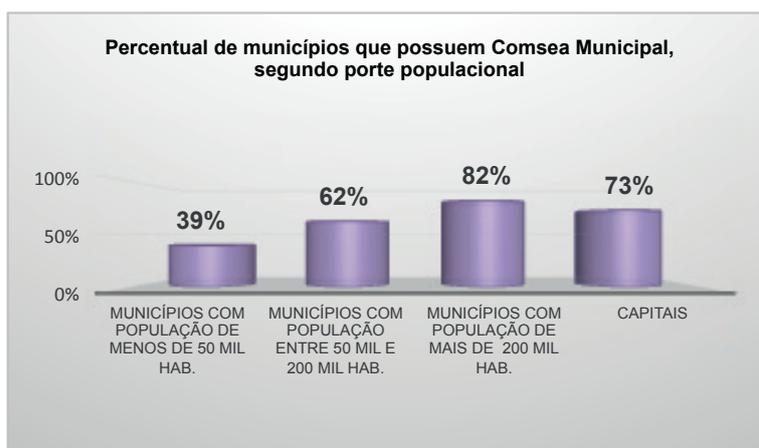
Quando se leva em conta a quantidade de municípios que possuem Comsea em relação aos municípios da mesma região, verifica-se que 61% dos municípios do Norte, que responderam ao MapaSAN 2014, têm Comsea Municipal. A região Sul conta com 49% dos municípios; 45% no Nordeste; 44% no Sudeste; e 21% no Centro-Oeste.

Gráfico 41: Percentual de municípios que possuem Comsea Municipal por região (entre municípios da mesma região).



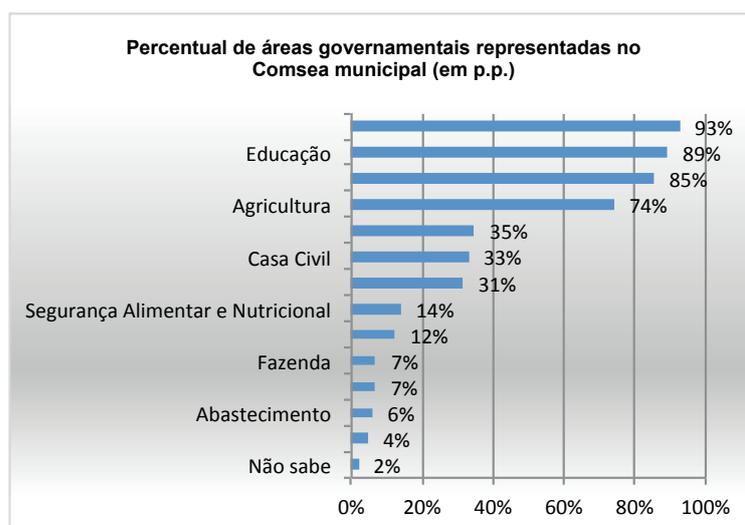
Porém, em termos de quantidade de Comseas municipais em relação ao porte populacional, os percentuais mais significativos apresentam-se nos municípios acima de 200 mil habitantes (82%), seguido das capitais (73%), municípios de porte médio (62%) e municípios de pequeno porte (39%), conforme o Gráfico 41.

Gráfico 42: Percentual de municípios que possuem Comsea Municipal, segundo porte populacional



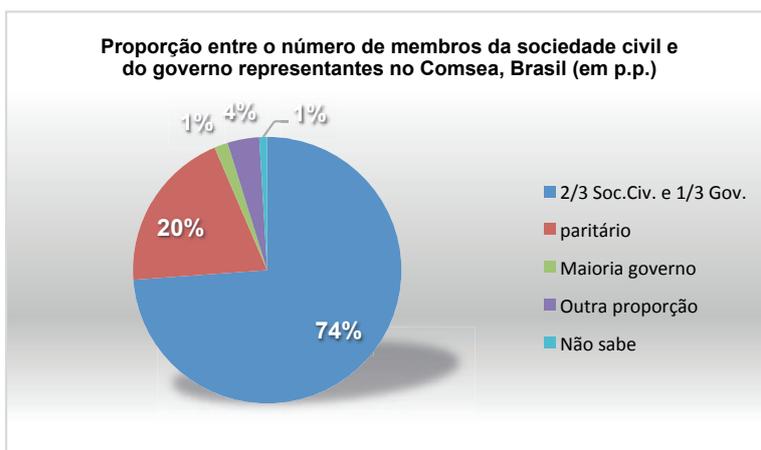
As **áreas de governo** com maior representatividade nos Comseas são: Assistência Social (93%), Educação (89%), Saúde (85%), Agricultura (74%), Direitos Humanos (35%) e Casa Civil (33%), conforme o Gráfico 43.

Gráfico 43: Percentual de áreas governamentais representadas no Comsea municipal



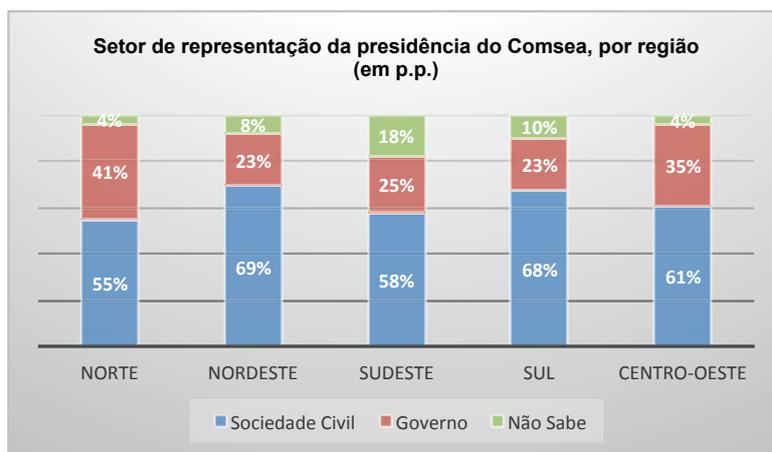
Dos 734 municípios que tem Comsea, a maioria (64,5%) tem a **presidência composta por representante da sociedade civil**. Já em relação à sua composição, 74% são compostos por 2/3 de membros sociedade civil e 1/3 do governo, tal como o conselho nacional.

Gráfico 44: Proporção entre o número de membros da sociedade civil e do governo representantes no Comsea, Brasil



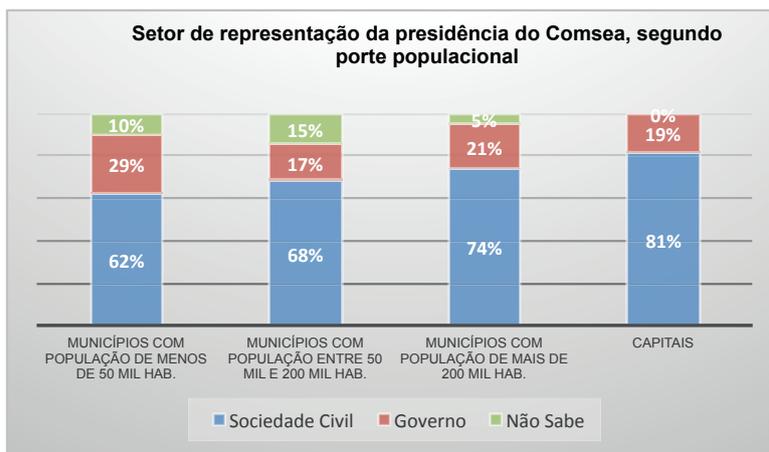
Ao se analisar os dados de **representação da presidência dos Comseas municipais**, levando-se em conta os municípios da mesma região, o Gráfico 45 mostra que em 62% dos municípios, em média, a presidência do conselho é de representação da sociedade civil e em 29%, do setor governamental.

Gráfico 45: Setor de representação da presidência do Comsea, por região.



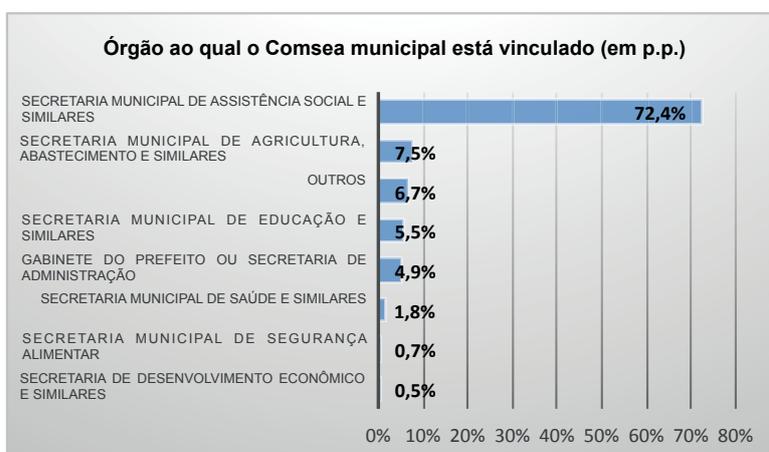
Quando se leva em consideração o porte populacional dos municípios com Comsea municipal, a representação da presidência mostra-se sensivelmente diferente, já que nas capitais 81% dos presidentes são da sociedade civil, nos municípios com menos de 50 mil habitantes são 62%. Veja a representação dos dados no Gráfico 46.

Gráfico 46: Setor de representação da presidência do Comsea, segundo porte populacional



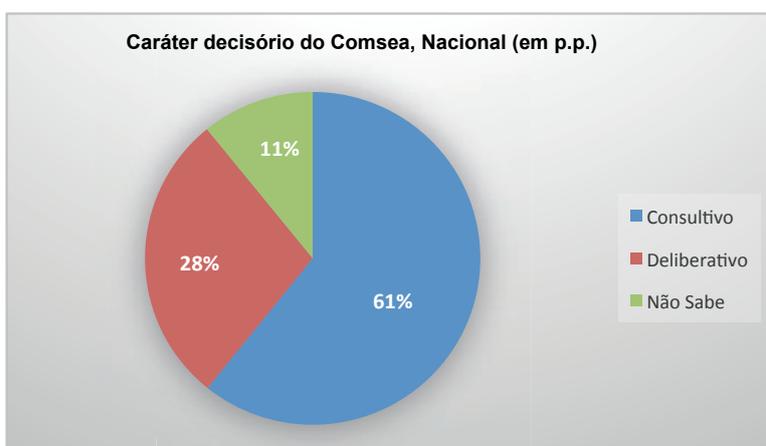
Na maioria dos municípios (72,4%), o Comsea municipal está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e similares. A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e similares é o órgão ao qual o conselho está vinculado em 7,5% dos municípios. Em 5,5% dos municípios, o Comsea está vinculado administrativamente à Educação e em 4,9% ao Gabinete do Prefeito. Em menos de 1,8% dos casos o Comsea está vinculado à pasta da Saúde e em 0,7% a uma secretaria específica de Segurança Alimentar e Nutricional (Gráfico 47).

Gráfico 47: Órgão ao qual o Comsea municipal está vinculado



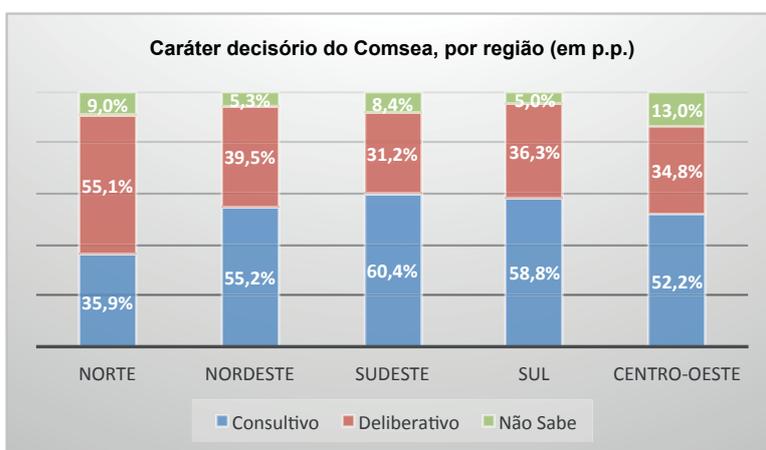
Os conselhos de políticas públicas podem ser de caráter consultivo ou deliberativo. No âmbito do SISAN os conselhos, geralmente, são de caráter consultivo, desempenhando funções de orientação, participação e controle social sobre as prioridades da política de SAN em consonância com as deliberações da Conferências de SAN nas três esferas de governo. Dentre os 734 municípios que afirmam ter Comsea Municipal, em 61% deles o caráter decisório do conselho é consultivo e em 28% é deliberativo (Gráfico 48).

Gráfico 48: Caráter decisório do Comsea, Nacional



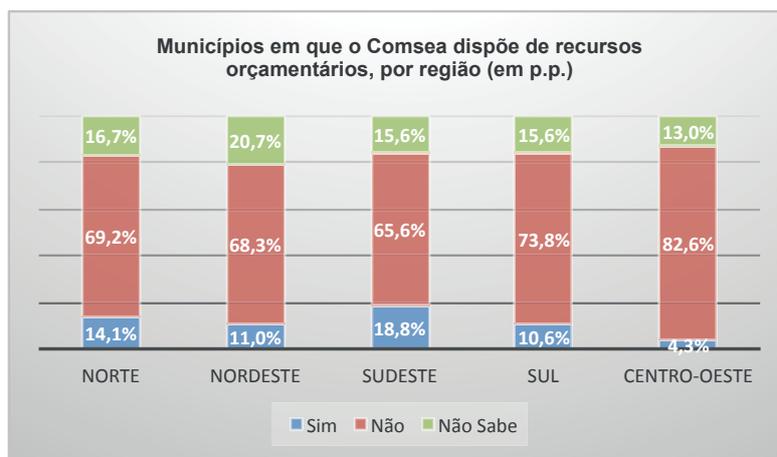
Ao se levar em consideração o caráter decisório dos Comseas municipais em relação aos municípios da mesma região, os dados do MapaSAN 2014 demonstram que na região Norte a maioria dos Comseas (55,1%) possui caráter deliberativo, ao contrário da tendência nacional das demais regiões (Gráfico 49).

Gráfico 49: Caráter decisório do Comsea, por região



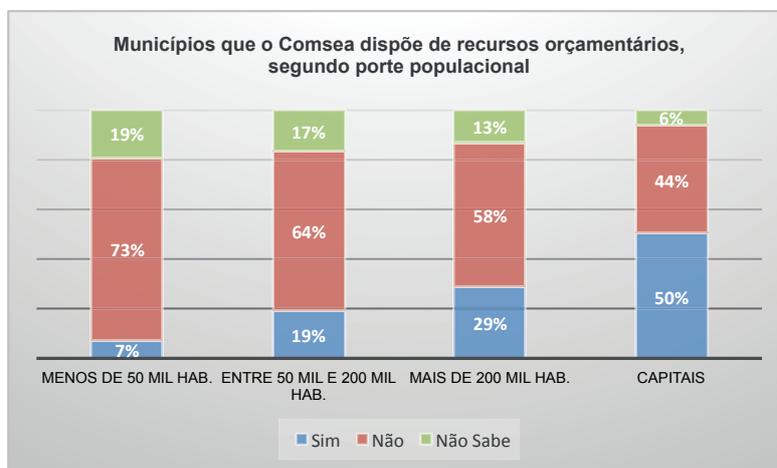
Conforme resultados do MapaSAN 2014, 18,8% dos municípios da região Sudeste dispõem de recursos orçamentários destinados ao funcionamento do Comsea municipal. A mesma situação, em relação à disponibilidade de recursos orçamentários, ocorre em 14,1% dos municípios da região Norte, em 11% no Nordeste, em 10,6% no Sul e em 4,3% no Centro-Oeste (Gráfico 50).

Gráfico 50: Municípios em que o Comsea dispõe de recursos orçamentários, por região



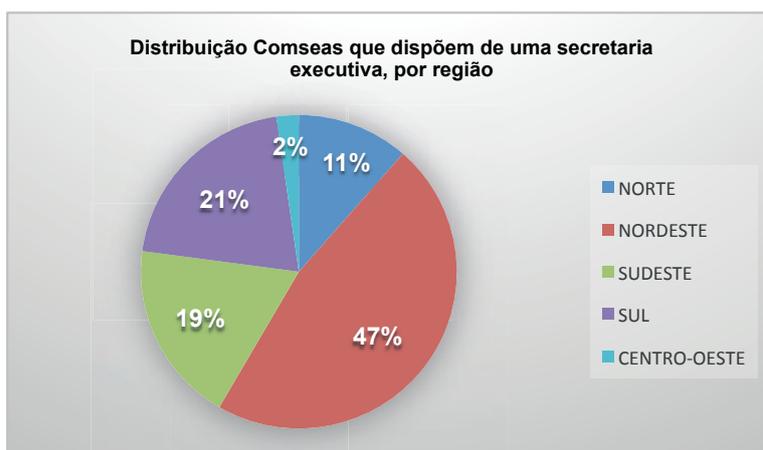
Quando se considera o porte populacional dos municípios cujo Comsea dispõe de recursos orçamentários para suas ações, o cenário apresenta-se da seguinte maneira: 50% das capitais dispõem de recursos orçamentários, enquanto estão nesta mesma condição 49% dos municípios com menos de 50 mil habitantes, 29% daqueles com população maior que 200 mil e 19% nos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes (Gráfico 51).

Gráfico 51: Municípios que o Comsea dispõe de recursos orçamentários, segundo porte populacional



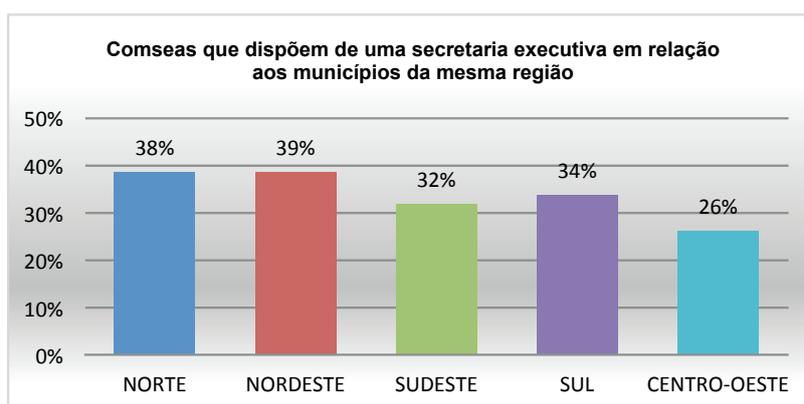
Os municípios cujo Comsea tem uma secretaria executiva ocorrem em 47% dos casos no Nordeste, 21% na região Sul, 19% no Sudeste, 11% no Norte e 2% no Centro-Oeste (Gráfico 52).

Gráfico 52: Distribuição Comseas que dispõem de uma secretaria executiva, por região



Já entre os municípios da mesma região, o resultado da análise demonstra que, na média, em 34% dos municípios brasileiros o Comsea dispõe de uma secretaria executiva. Em relação aos municípios que têm conselhos municipais de SAN, as regiões que se destacam são Norte e Nordeste, nas quais 38% e 39% dos municípios, respectivamente, o Comsea tem uma secretaria executiva (Gráfico 53).

Gráfico 53: Comseas que dispõem de uma secretaria executiva em relação aos municípios da mesma região



No que se refere ao porte populacional, conforme pode ser visto no Gráfico 54, os dados do MapaSAN 2014 apontam que entre as capitais, em 81% delas o Comsea dispõe de uma secretaria executiva e, nos municípios com mais de 200 mil habitantes e população entre 50 mil e 200 mil, foi informada a existência de secretaria executiva nos Comseas em, respectivamente, 48% e 47%. Já nos municípios com menos de 50 mil habitantes, 30% deles apresentam a mesma situação.

Gráfico 54: Comseas que dispõem de uma secretaria executiva, segundo porte populacional



Em média, entre 1 e 2 pessoas (1,7) **trabalha nas secretarias executivas dos Comseas municipais**. Dos 734 municípios que declararam a existência de Conselho de SAN, com Secretaria executiva, o Sudeste apresenta uma média maior, de 1,9 trabalhador por Secretaria e o Centro-Oeste a menor média, computando 1,5 pessoa por Secretaria Executiva. Quando os dados são agregados, considerando-se o porte populacional dos municípios, aqueles com menos de 50 mil habitantes possuem a menor média, de 1,5 trabalhador por Secretaria Executiva. Os Comseas de municípios com mais de 200 mil habitantes apresentam uma média de 2,2 trabalhador e as Capitais de 2,1. As médias de trabalhadores nas Secretarias Executivas por região e segundo porte populacional dos municípios registrados no MapaSAN 2014 estão descritos nos Gráfico 55 e 56, a seguir.

Gráfico 55: Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva do Comsea, por região.

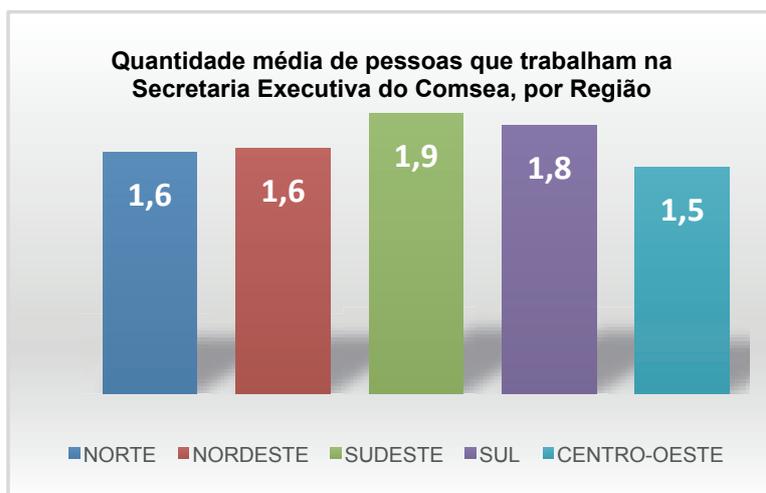
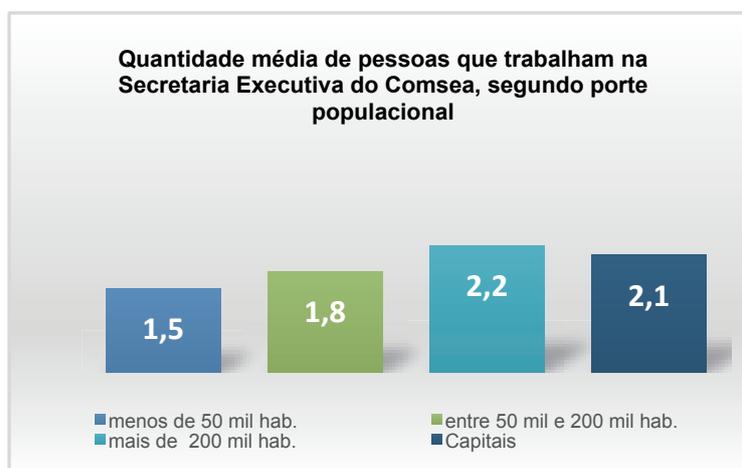
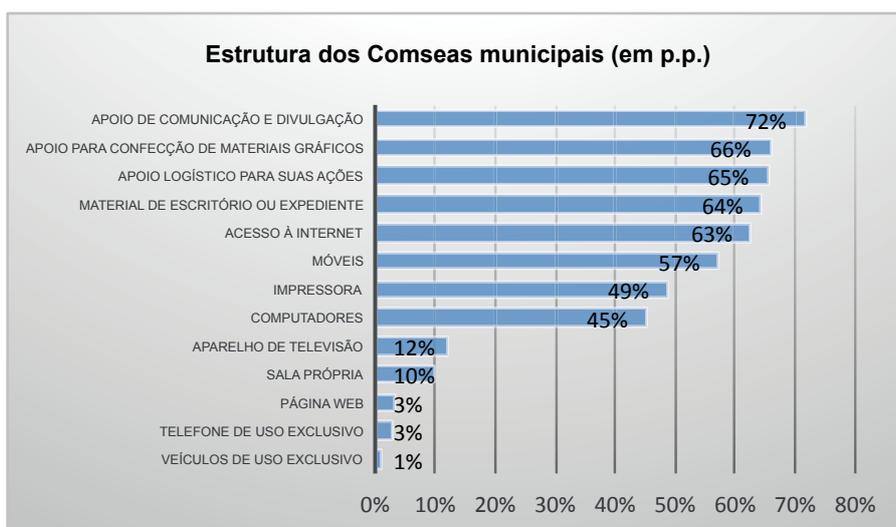


Gráfico 56 : Quantidade média de pessoas que trabalham na Secretaria Executiva do Comsea, segundo porte populacional.



Quanto à **estrutura física** dos Comseas municipais, em 734 municípios, o apoio de comunicação e divulgação ocorre em 72% dos conselhos, 66% recebem apoio para confecção de materiais gráficos e 65% apoio logístico para suas ações. Material de expediente e acesso à internet foram constatados em 64% e 63% dos Comseas, respectivamente. 57% dispõem de móveis próprios, 49% de impressora e 45% têm computadores. Já aparelho de televisão está presente em apenas 12% dos Comseas municipais e apenas 10% deles possui sala própria.

Gráfico 57: Estrutura dos Comseas municipais



E. Conferência de SAN

As conferências de SAN são espaços de debate e deliberação sobre as diretrizes, objetivos e de definição das prioridades da Política de SAN, bem como de aprimoramento do SISAN, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Dos municípios que participaram do mapeamento, 26% (n = 433) já realizaram uma ou mais conferências de SAN. A maioria foi realizada no Nordeste (36%), seguido pela região Sul (29%), Sudeste (21%), Norte (12%) e Centro-Oeste (2%), conforme o Gráfico 58.

Gráfico 58: Distribuição de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN, por região



Ao analisar os dados, considerando os municípios da mesma região e municípios de mesmo porte, foram obtidos os resultados descritos nos Gráfico 59 e 60.

Gráfico 59: Percentual de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN, por região (entre municípios da mesma região)

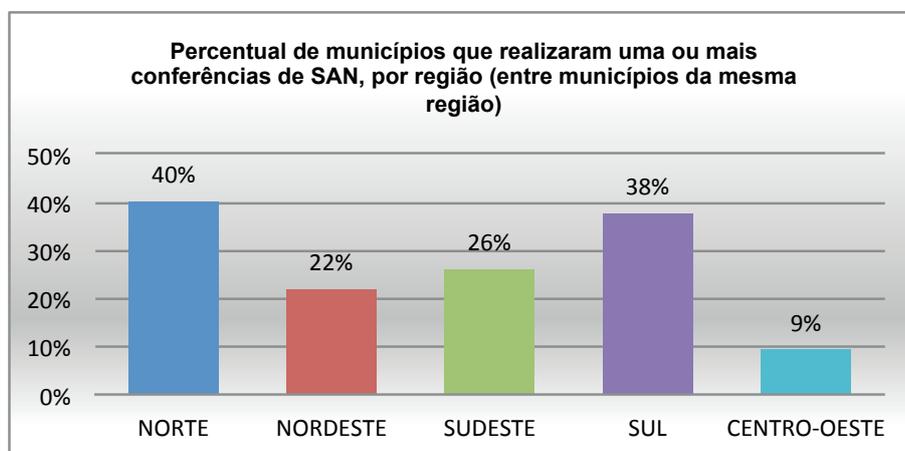


Gráfico 60: Percentual de municípios que realizaram uma ou mais conferências de SAN, segundo porte populacional (entre municípios do mesmo porte)



O ano de realização das conferências municipais de SAN foi uma das questões levantadas pelo MapaSAN 2014. Considerando o número de municípios que realizaram conferências por ano de realização, percebe-se que em 2011, mesmo ano da 4ª Conferência Nacional de SAN, foi o ano no qual se realizou a maior quantidade de Conferências de SAN (Gráfico 61).

Gráfico 61: Conferências municipais de SAN por ano de realização

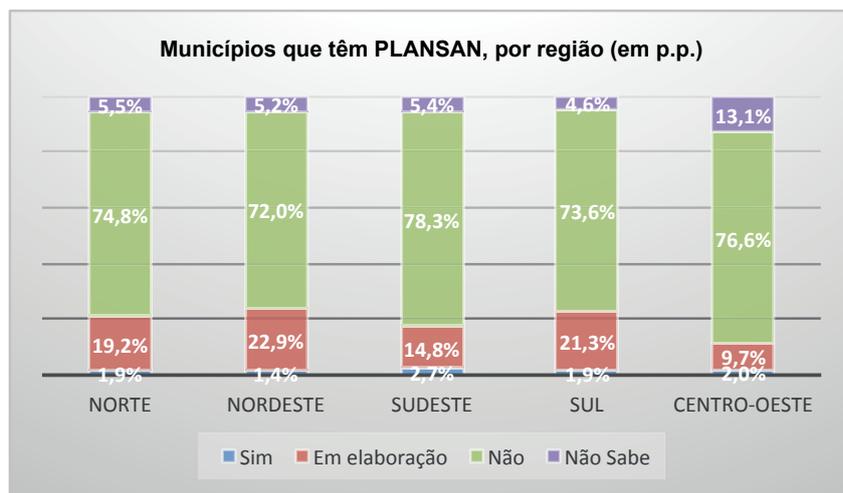


F. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Entre os municípios que responderam o MapaSAN 2014, apenas 1,4 % (n = 25) afirmaram ter Plano de SAN. Enquanto que 18,6 % (n = 303) dos municípios declararam que o Plano de SAN está em processo de elaboração e 80% dos municípios afirmaram não terem o plano ou não souberam responder. No Gráfico

62, é possível verificar as respostas distribuídas em relação aos municípios da mesma região.

Gráfico 62: Municípios que têm PLANSAN, por região



G. Financiamento

Pouco menos que um quinto dos respondentes (19%) afirmou possuir recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações de SAN contra 61% que afirmaram não dispor de recursos orçamentários para as ações de SAN e 20% que não souberam responder. Os Gráfico 63 e 64 mostram a análise da mesma variável levando-se em conta os municípios da mesma região e de mesmo porte populacional.

Gráfico 63: Municípios com recursos para as ações de SAN previstos no orçamento, por região.

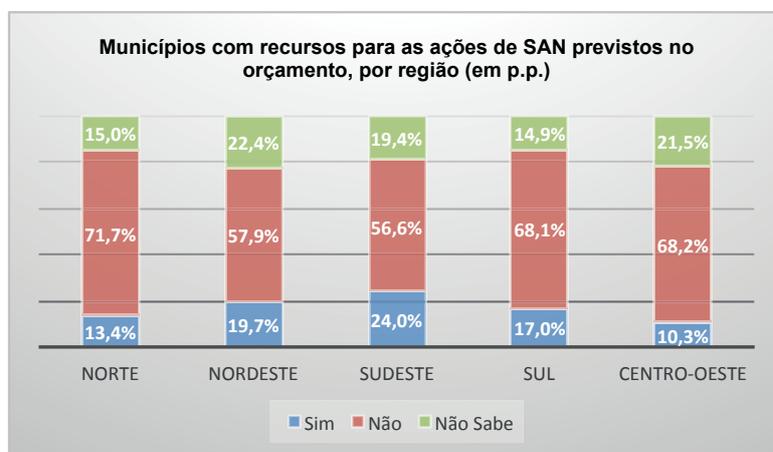
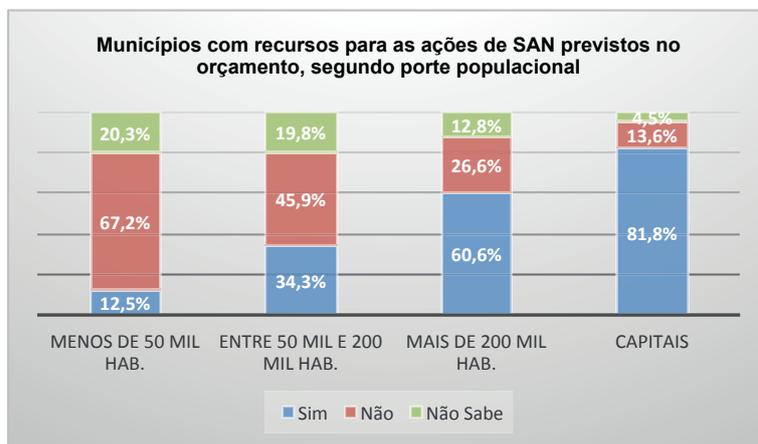


Gráfico 64: Municípios com recursos para as ações de SAN previstos no orçamento, segundo porte populacional.



Dos 309 municípios que responderam quanto à disponibilidade de recursos para as ações de SAN, 78% (n = 188) declararam que os recursos foram previstos total ou parcialmente no Plano Plurianual Municipal (PPA). Outros 13% afirmaram não terem realizado essa previsão no PPA e 26% não souberam responder. Os dados agregados segundo os municípios por região e porte populacional estão representados nos gráficos 65 e 66.

Gráfico 65: Municípios que incluíram recursos orçamentários de SAN no PPA, por região.

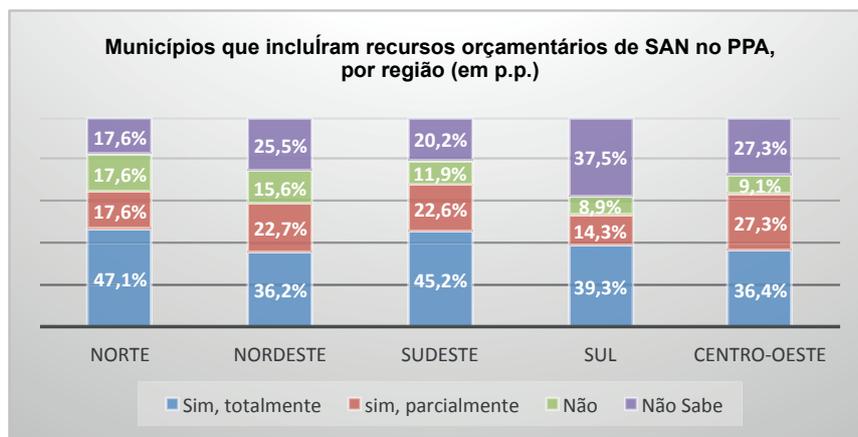
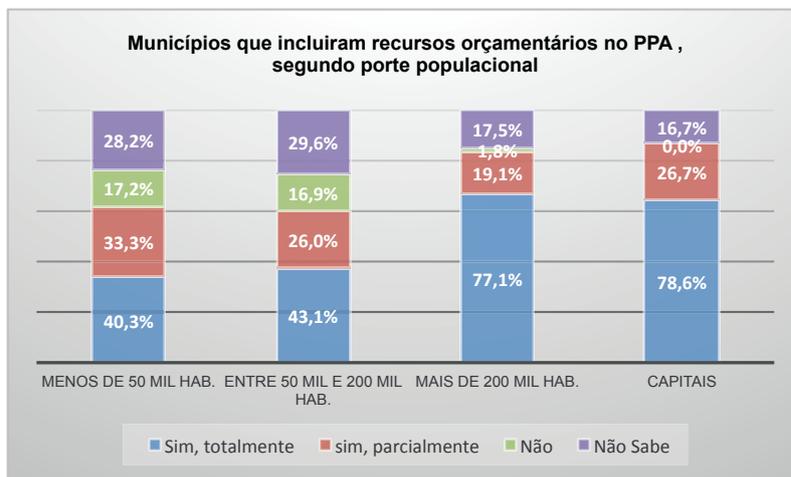


Gráfico 66: Municípios que incluíram recursos orçamentários no PPA, segundo porte populacional



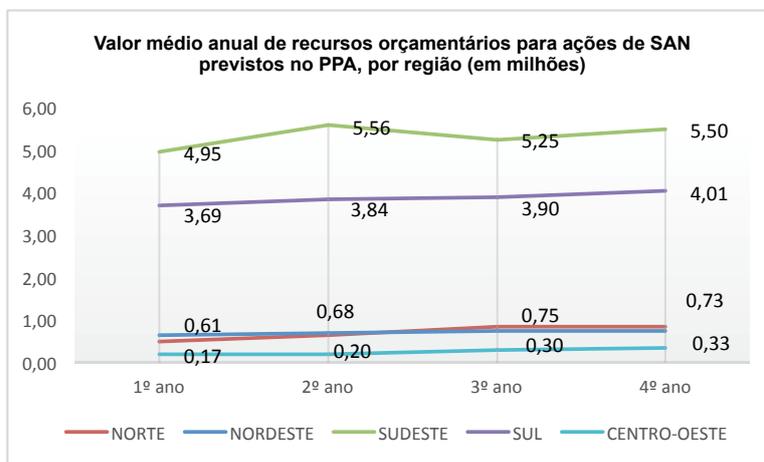
Considerando os municípios que têm previsão de recursos, o valor anual médio apresentado no PPA está apresentado no Gráfico 67, levando-se em conta os dados globais, e no Gráfico 68 agregando-os por região.

Gráfico 67: Valor médio nacional de recursos orçamentários para ações de SAN previstos no PPA, por ano (em milhões de reais)



A seguir o valor médio anual de recursos para as ações de SAN previsto no PPA dos municípios agregados por região:

Gráfico 68: Valor médio anual de recursos orçamentários dos municípios para ações de SAN previstos no PPA, por região (em milhões de reais).



3.2 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN - EPSAN

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do DHAA e da SAN, destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos. Dividem-se os EPSAN em equipamentos de acesso à alimentação saudável e adequada e nos de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos.

Os **EPSAN de acesso à alimentação saudável e adequada** se caracterizam por espaços públicos que produzem e ofertam refeições, constituindo-se como um serviço de alimentação. Dentre estes, são exemplos as estruturas que produzem e disponibilizam refeições aos cidadãos, no âmbito das redes públicas de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança pública, com destaque para as cozinhas comunitárias, os restaurantes populares, restaurantes universitários, os serviços de produção de refeições das escolas, das creches, dos hospitais e das penitenciárias.

Os **EPSAN de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos** se caracterizam por serem espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se como potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. Dentre eles estão as centrais de recebimento e de distribuição de produtos da agricultura familiar (Centrais) e unidades de beneficiamento da agricultura familiar (UADAF); o banco de Alimentos; as centrais de abastecimento (Ceasa); as feiras; e os mercados públicos.

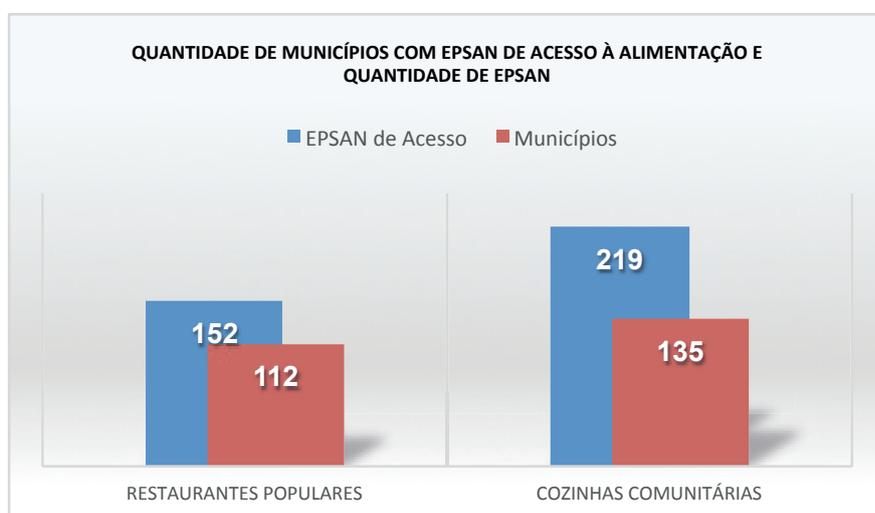
O MapaSAN 2014 teve como objetivo identificar somente as estruturas presentes nos municípios que não existem nas bases de dados nacionais, quais sejam: bancos

de alimentos, Centrais, feiras, mercados e sacolões, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, conforme os resultados apresentados a seguir.

A. Quanto aos EPSAN de acesso à alimentação saudável e adequada

No universo dos (1.628) municípios respondentes do MapaSAN, 112 municípios dispõem de 152 Restaurantes Populares; e 135 municípios declararam 219 Cozinhas Comunitárias. Estes dados são representados no Gráfico 69.

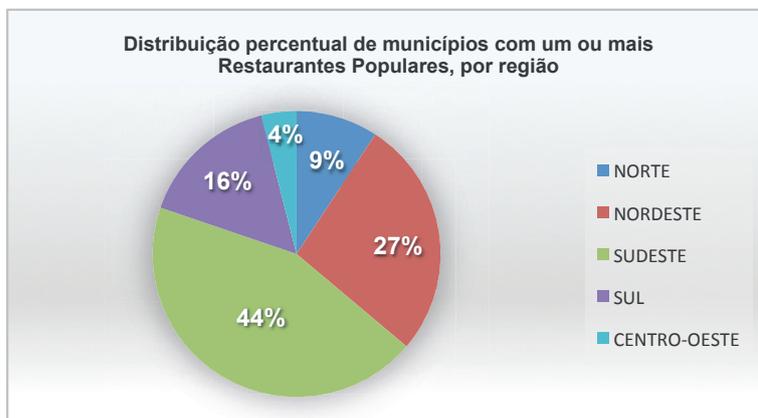
Gráfico 69: Quantidade de municípios com EPSAN de Acesso à alimentação e quantidade de EPSAN



Os Restaurantes Populares são estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender a mais de 1.000 pessoas por refeição, em municípios com mais de 100 mil habitantes.

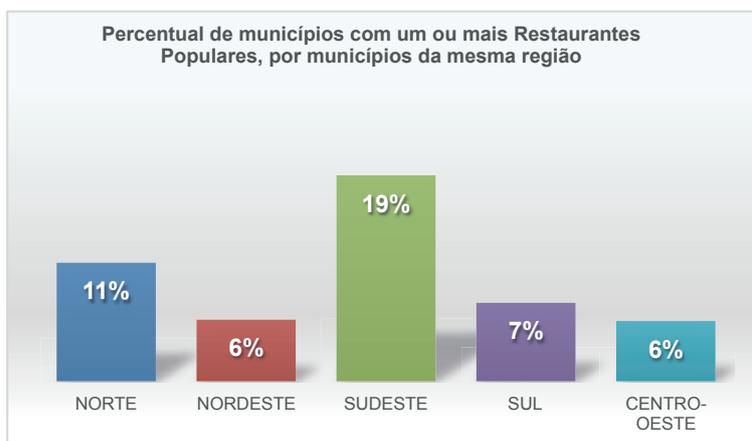
Dos 1.628 municípios, 7,6% (N = 124) responderam que tem um ou mais restaurantes populares. No entanto, de acordo com os critérios de validação (coerência das informações prestadas), foram considerados como registros válidos 152 Restaurantes Populares em 112 municípios, os quais estão distribuídos nas cinco regiões, conforme o Gráfico 70.

Gráfico 70 - Distribuição percentual de municípios com um ou mais Restaurantes Populares, por região



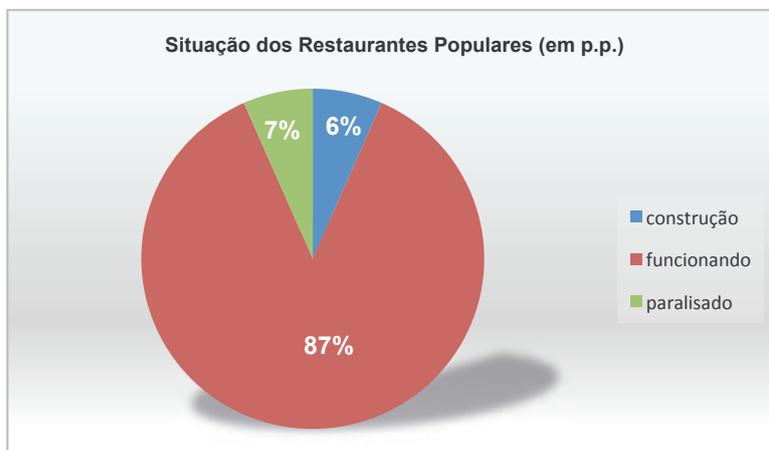
Ao se considerar o número de municípios que declararam ter um ou mais Restaurantes Populares em relação aos municípios que responderam em cada região, destaca-se o Sudeste e o Norte, respectivamente com 19% e 11%, conforme Gráfico 71:

Gráfico 71 - Percentual de municípios com um ou mais Restaurantes Populares, por municípios da mesma região



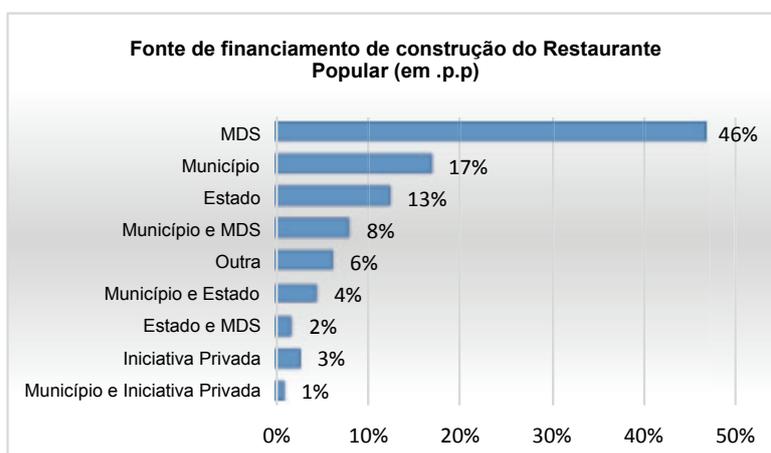
Dos 152 Restaurantes Populares informados, 86,8% (n = 132) estão em funcionamento, 6,6% (n = 10) estão paralisados e 6,6% (n = 10) em construção.

Gráfico 72 - Situação dos Restaurantes Populares



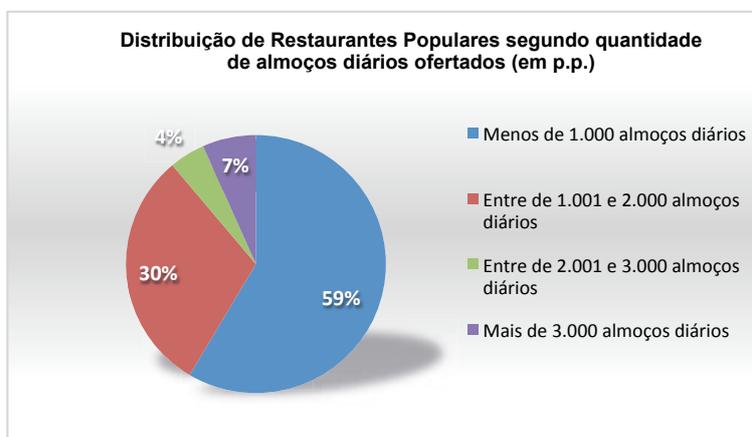
A maioria dos restaurantes (54%, n = 82) está situada em municípios acima de 200 mil habitantes, enquanto que 19,7% dos restaurantes estão situados em capitais ou municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes. A origem do financiamento dos EPSANs foi informada e pode-se constatar que a maioria foi financiada pelo MDS (46%, n = 52), conforme o Gráfico 73.

Gráfico 73 - Fonte de financiamento de construção do Restaurante Popular



Os restaurantes dos municípios respondentes do MapaSAN 2014, dependendo do porte, atendem de 100 a 15 mil usuários no horário do almoço, totalizando mais de 170 mil refeições ofertadas diariamente, garantindo o acesso a alimentação adequada e saudável a mais de 5,1 milhões de refeições, por mês. O Gráfico 74 apresenta a distribuição de Restaurantes Populares segundo a quantidade de refeições ofertadas, diariamente, na hora do almoço.

Gráfico 74 - Distribuição de Restaurantes Populares segundo quantidade de almoços diários ofertados



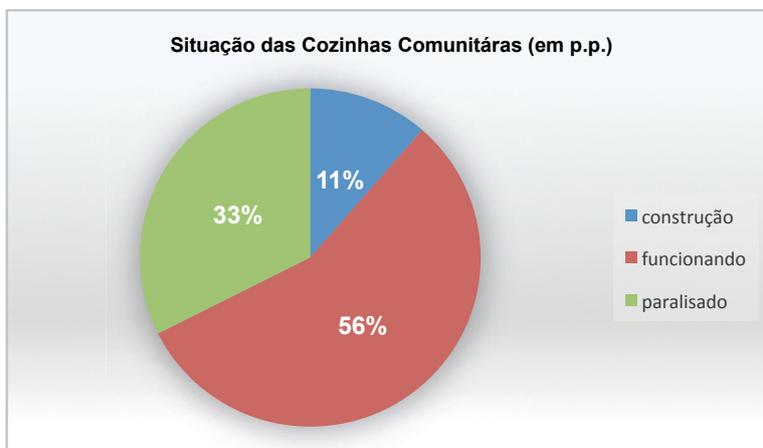
O preço cobrado pela refeição varia de R\$ 0,50 a R\$ 5,00 com o custo médio da refeição de R\$ 5,00. Considerando os dados de 88 municípios que forneceram a informação sobre o orçamento de 2014 no que se refere ao custeio do restaurante popular, em média, tais municípios despendem mensalmente o equivalente a R\$ 206.731,23 para o custeio dos equipamentos públicos.

De 2003 a 2011, o MDS lançou editais públicos de apoio a estados e municípios para a construção de restaurantes populares e aquisição de equipamentos e utensílios. Foram alocados aproximadamente R\$ 175 milhões na instalação de 139 unidades, com um custo médio de R\$ 1,5 milhão, das quais 98 estão em funcionamento com a produção de aproximadamente 132 mil refeições por dia.

As **Cozinhas Comunitárias** são estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender no mínimo 100 (cem) pessoas por dia e, normalmente, estão distribuídas nos bairros mais vulneráveis das cidades.

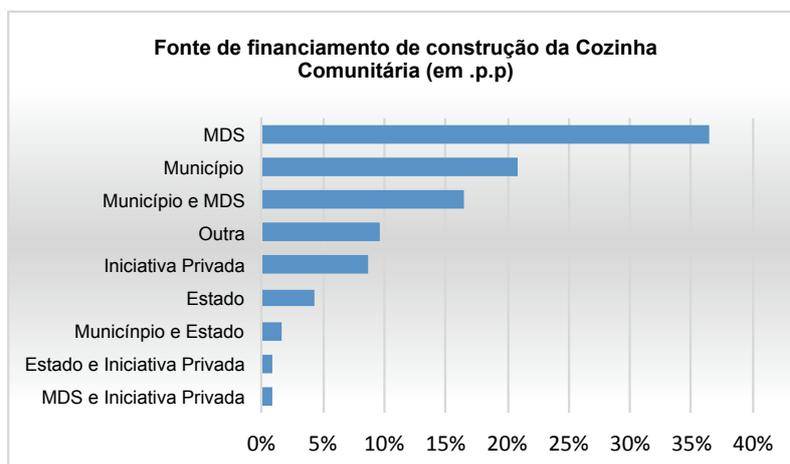
Dos 1.628 municípios, 8,6% (n = 140) declararam possuir uma ou mais Cozinhas Comunitárias. No entanto, de acordo com os critérios de validação, foram considerados como registros válidos 219 cozinhas comunitárias distribuídas em 135 municípios. Dessas cozinhas, 56% (n = 123) estão em funcionamento, 33% (n = 71) estão paralisadas e 11% (n = 25) em construção.

Gráfico 75 - Situação das Cozinhas Comunitárias



A maior parte dessas cozinhas (36,1%, n = 79 cozinhas) está situada em municípios acima de 200 mil habitantes, enquanto que 27,4% (n = 60) estão situadas nos municípios de 50 a 200 mil habitantes. O MDS contribuiu com o financiamento de 39% (n = 42) das cozinhas informadas e as restantes foram financiadas por diferentes fontes, conforme o Gráfico 76.

Gráfico 76 - Fonte de financiamento de construção da Cozinha Comunitária

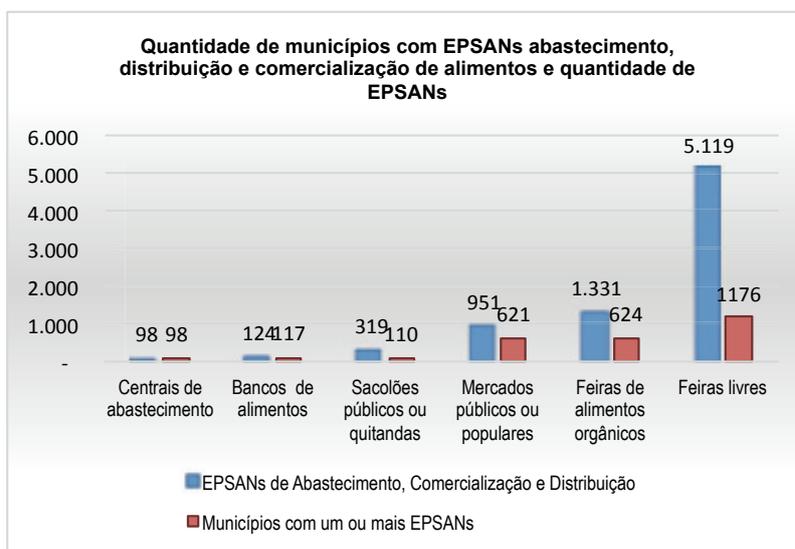


De 2003 a 2011, o MDS lançou editais públicos de apoio a estados e municípios para a construção de cozinhas comunitárias. Foram alocados aproximadamente R\$ 93 milhões na instalação de 337 unidades, nas quais 158 estão em funcionamento com a produção de aproximadamente 24 mil refeições por dia.

B. Quanto aos EPSANs de abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos

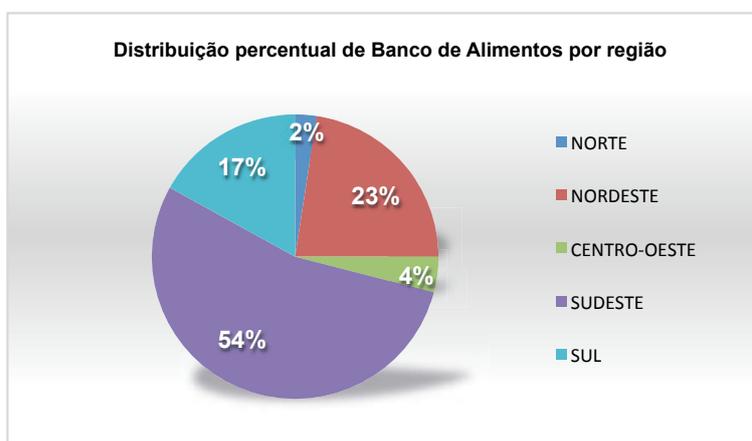
O total de EPSANs de abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos informados pelos 1.628 municípios respondentes do MapaSAN 2014 estão representados no Gráfico 77. O Gráfico expressa a quantidade de EPSANs e o número de municípios que afirmaram possuir um ou mais equipamentos.

Gráfico 77 - Quantidade de municípios com EPSANs abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos e quantidade de EPSANs



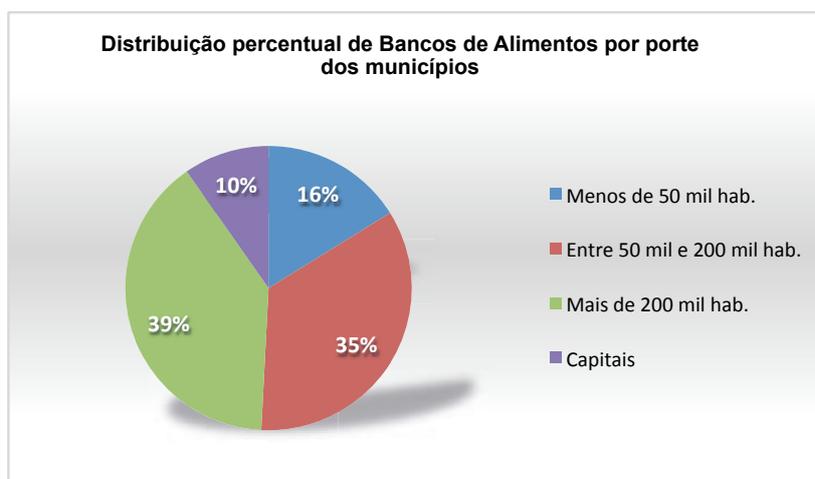
Os Bancos de Alimentos são estruturas físicas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados a entidades ou Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram informados 124 bancos de alimentos distribuídos em 117 municípios, que distribuídos por região, estão representados no Gráfico 78:

Gráfico 78 - Distribuição percentual de Banco de Alimentos por região



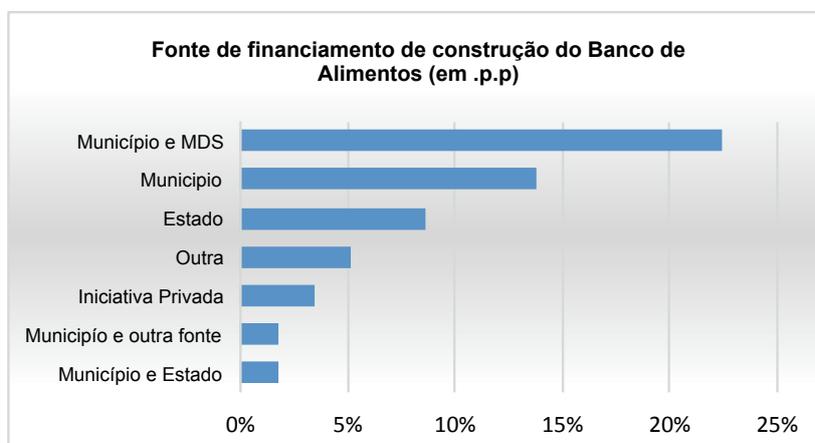
Dos 124 bancos de alimentos, 84% (n = 104) estão em funcionamento, 7% (n = 9) estão paralisados e 9% (n = 11) em construção. A maioria dos bancos está situada em municípios acima de 50 mil habitantes (74%, n = 92), dos quais 39% (n = 49) estão em municípios com mais de 200 mil habitantes e 35% (n = 43) em municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, 16% em municípios com menos de 50 mil habitantes e 10% nas capitais.

Gráfico 79 - Distribuição percentual de Bancos de Alimentos por porte dos municípios



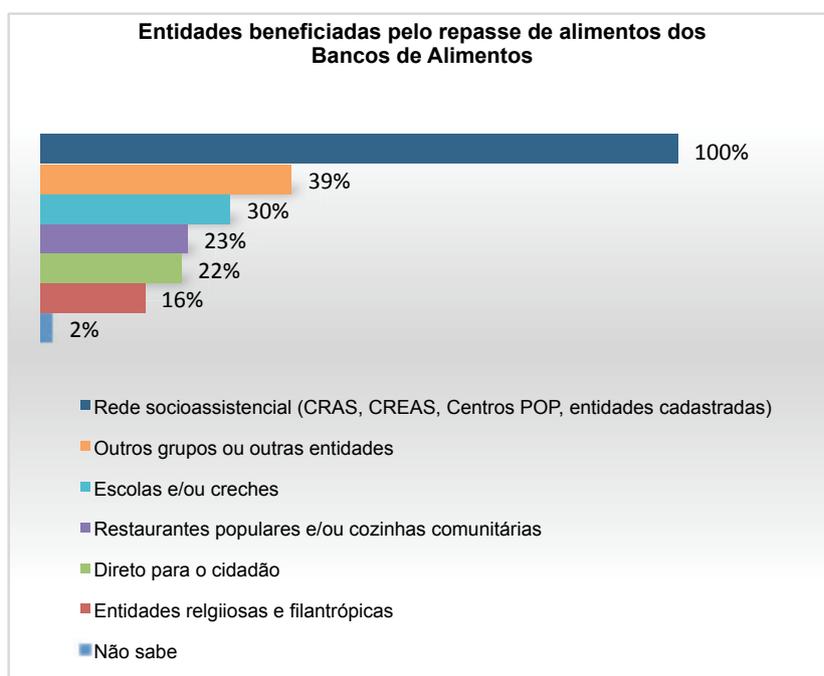
Com relação ao financiamento, 44% dos municípios não souberam responder a origem do financiamento de seus bancos de alimentos. Excluindo-se este percentual, as fontes de financiamento dos bancos de Alimentos, informadas pelos municípios respondentes, apresenta-se, conforme o Gráfico 80.

Gráfico 80 - Fonte de financiamento de construção do Banco de Alimentos (em .p.p.)



As entidades beneficiadas pelos repasses de alimentos foram identificadas no MapaSAN 2014, registrando-se que 100% dos Bancos de Alimentos repassam alimentos às entidades da rede socioassistencial dos municípios, 39% a outros grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Já 30% dos bancos de alimentos repassam às escolas ou creches, 23% aos restaurantes populares ou cozinhas comunitárias, 22% direto à população, 16% para entidades religiosas e filantrópicas e 2% dos respondentes não souberam responder a esta questão. Veja os resultados no Gráfico 81.

Gráfico 81 – Entidades beneficiadas pelo repasse de alimentos dos Bancos de Alimentos (em p.p.)



Dos 124 bancos de alimentos, 76% (n = 95) informou que, em média, são distribuídas mensalmente mais de 402 toneladas de alimentos, totalizando mais de 38 mil toneladas por mês, que beneficiam, em torno de 4.928 entidades (distribuídas conforme Gráfico 81) e 11,7 milhões de pessoas.

De 2003 a 2012, o MDS lançou editais públicos de apoio a estados e municípios na aquisição de equipamentos, carros, utensílios e/ou construção de bancos de alimentos. Foram alocados aproximadamente R\$ 55 milhões na instalação de 112 unidades, com um custo médio que variou de R\$ 100.000,00 a 430.000,00 por unidade. Atualmente 78 unidades estão em funcionamento em todas as regiões do País e 34 unidades estão em fase de construção. Os Bancos de Alimentos estão presentes em 24 estados, 16 capitais, com uma cobertura de 60% dos municípios acima de 300 mil habitantes. As capitais, regiões metropolitanas e municípios de maior porte são localidades estratégicas para o programa, uma vez que concentram

grandes redes varejistas, além de indústrias alimentícias e Ceasa, espaços onde as perdas de alimentos são alarmantes.

As **Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar** caracterizam-se como espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar a distribuição dos gêneros alimentícios, no município e/ou na região, preferencialmente aqueles oriundos da agricultura familiar e/ou adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

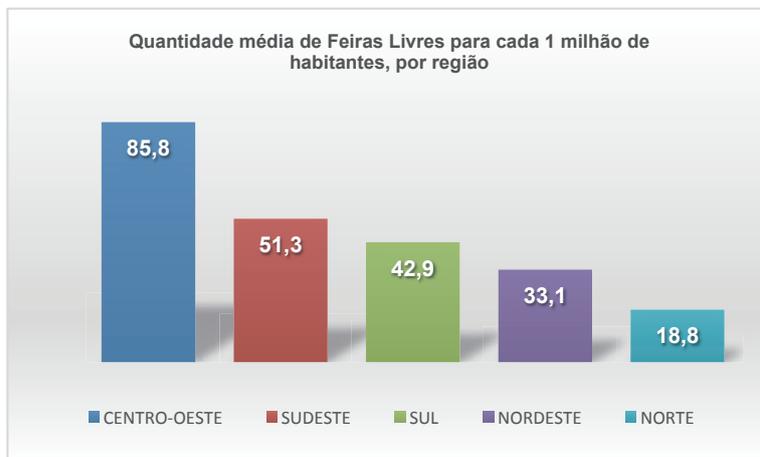
Foi identificado que em 20% (n=331) dos municípios existem 291 Centrais. Contudo, alguns registros apresentaram inconsistências, relacionadas principalmente à compreensão dos respondentes sobre o que sejam estas Centrais. Desta forma, somente foram validados 118 registros, os quais serão objeto de detalhamento posteriormente.

Em 2011 e 2012, o MDS publicou editais públicos com o objetivo de financiar a construção de espaços físicos, chamados de unidades de apoio à agricultura familiar (ou centrais de recebimento e distribuição de produtos da agricultura familiar), com a finalidade de auxiliar os municípios no abastecimento local de alimentos produzidos pela agricultura familiar, oferecendo suporte operacional e logístico para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e para a comercialização em Feiras Populares e no mercado varejista local. Ao todo, foram apoiadas 87 Unidades, que estão em construção, em 68 municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania, em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2013 e 2014, a ação foi direcionada para aquisição de equipamentos e veículos, com apoiou a 1452 municípios em 22 estados do Brasil, perfazendo um montante de aproximadamente R\$ 145 milhões.

As **Feiras livres ou populares** são espaços de comercialização de alimentos produzidos localmente que beneficiam especialmente agricultores familiares, possibilitando a geração de renda e evitando o desperdício e prejuízo dos produtores. Ao mesmo tempo, facilitam o acesso a alimentos saudáveis e adequados para a população em geral, além da possibilidade de troca de informações entre quem produz e o consumidor final.

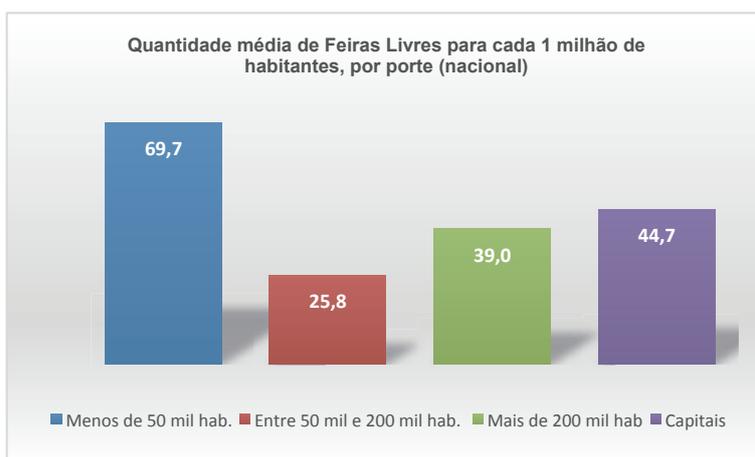
Dos 1.628 municípios que participaram do MapaSAN, 72,2% (n = 1.176) informaram a existência de 5.119 feiras, sendo a maioria com periodicidade semanal (83%). Isso significa que, em média, há 43,8 feiras para cada milhão de habitantes. O cálculo da quantidade média de feiras livres para cada 1 milhão de habitantes foi feito considerando-se a população dos municípios respondentes. O Centro-Oeste destaca-se com 85,8 feiras para cada milhão de habitantes e as regiões Sudeste e Sul apresentam, respectivamente, médias de 51,3 e 42,9 feiras. Os municípios respondentes do Nordeste e do Norte do país podem contar com 33,1 e 18,8 feiras para cada milhão de habitantes, respectivamente, conforme o Gráfico 82.

Gráfico 82 - Quantidade média de Feiras Livres para cada 1 milhão de habitantes, por região



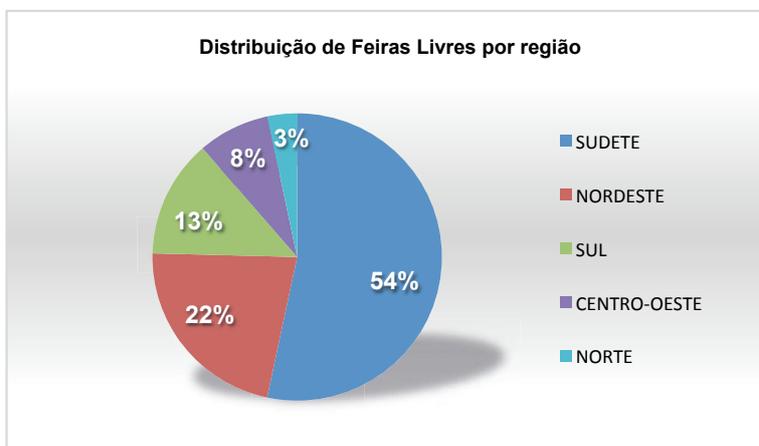
Apesar das feiras livres estarem mais disponíveis nas capitais (36%), seguidas por municípios acima de 200 mil habitantes (27,4%), observa-se que os municípios com menos de 50 mil habitantes estão com uma maior cobertura populacional. Ou seja, aproximadamente 70 feiras para cada milhão de habitante, conforme apresentado pelo Gráfico 83. Destacam-se alguns estados: MT apresenta uma média de 163,8 feiras para cada milhão de habitantes; SE, MS e GO possuem entre 53 e 59 feiras para cada milhão de habitantes.

Gráfico 83 - Quantidade média de Feiras Livres para cada 1 milhão de habitantes, por porte (nacional)



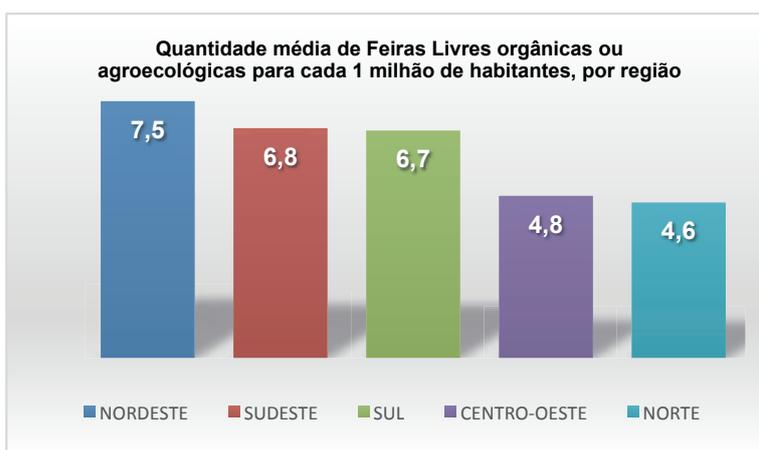
Com relação a **Feiras agroecológicas** (produção sustentável que potencializa a biodiversidade e a diversidade de alimentos) ou **com produção orgânica** (produção sem agrotóxicos), foi destacada a existência de 1.331 feiras distribuídas em 624 municípios. A maioria destas feiras está disponível nas regiões Sudeste (43%) e Nordeste (32%), conforme o Gráfico 84. Considerando o porte populacional, as feiras estão mais presentes nos municípios de pequeno porte, abaixo de 50 mil habitantes (44%), seguidos pelas capitais (32,5%).

Gráfico 84 - Distribuição de Feiras Livres por região



A média nacional é de 6,6 feiras agroecológicas ou com produção orgânica para cada milhão de habitantes. Nas regiões brasileiras, considerando-se o universo dos municípios respondentes, 7,5 feiras estão disponíveis para cada milhão de habitantes no Nordeste, 6,8 no Sudeste, 6,7 no Sul, 4,8 no Centro-Oeste e 4,6 no Norte. Os estados que mais se destacam na quantidade de feiras orgânicas ou agroecológicas para cada milhão de habitantes são: TO (90,4), PI (79,4) MT (69) e MA (58); GO, SE, RJ, CE, RO e AC disponibilizam entre 30 e 47 feiras.

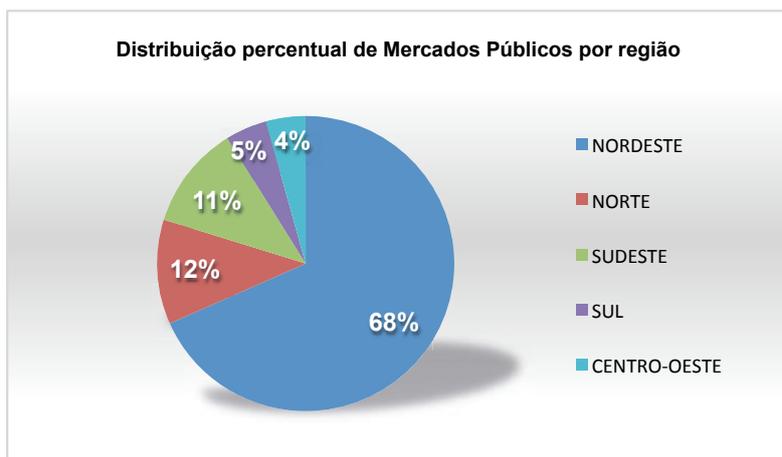
Gráfico 85 - Quantidade média de Feiras Livres orgânicas ou agroecológicas para cada 1 milhão de habitantes, por região



Os **Mercados Populares** são espaços que comercializam alimentos não perecíveis e outros itens de primeira necessidade a preços acessíveis, prioritariamente a famílias em situação de vulnerabilidade social, que podem ser ou não subsidiados pelo Poder Público. Ao todo, foram informados 951 mercados públicos estruturados em 38% (n = 621) dos municípios. O restante dos municípios (59%) não dispõe ou não soube informar (2,6%).

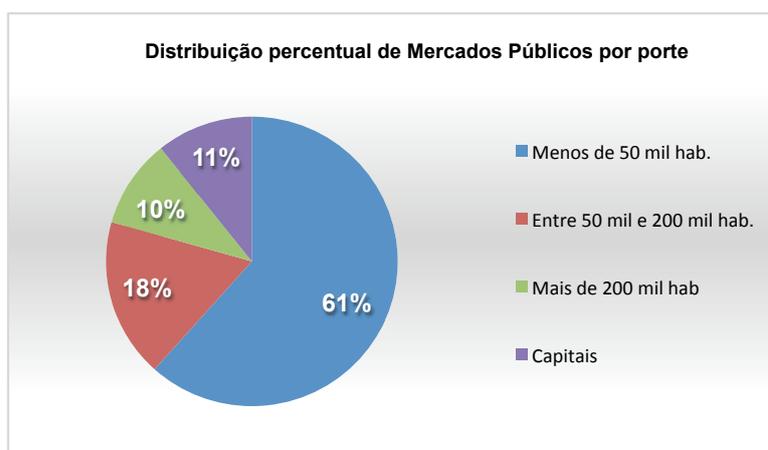
A maioria dos mercados está localizada na região Nordeste (68%), em municípios de pequeno porte (61,6%) e não são subsidiados pelo poder público (75%). O Gráfico 86 apresenta a distribuição destes EPSANs por região.

Gráfico 86 - Distribuição percentual de Mercados Públicos por região



Ao analisar a distribuição de mercados populares em função do porte populacional dos municípios respondentes obteve-se o seguinte resultado: os municípios de pequeno porte concentram 61% deste tipo de equipamento, 18% estão disponíveis nos municípios com população entre 50 mil e 200 mil habitantes, 10% estão localizados nas cidades com mais de 200 mil e 11% nas capitais. Veja representação destes dados no Gráfico 87:

Gráfico 87 - Distribuição percentual de Mercados Públicos por porte



Apenas 6% dos mercados públicos são subsidiados no universo dos municípios estudados. A maioria está no Nordeste (58%), 13,2% estão no Norte, sendo que no Sul e Sudeste, ambos subsidiam o equivalente a 10,5% desse tipo de EPSAN, e o Centro-Oeste subsidia 8% dos mercados identificados. No que se refere ao porte populacional, quando se distribui o percentual de mercados públicos subsidiados, 81,6% estão em municípios com menos de 50mil habitantes.

Os Sacolões públicos/quitandas são locais públicos de comercialização atacadista ou varejista de produtos hortifrutigranjeiros. Somente 6,8% (n = 110) informaram que dispõem de sacolões públicos. Ao todo, são 319 sacolões públicos distribuídos de forma majoritária nas regiões Nordeste (46,5%) e Sudeste (33%), concentrados em municípios de pequeno porte (67,7%), seguidos da capital (20%). Apenas 9% dos sacolões são subsidiados pelo poder público.

C. Equipamentos beneficiados com o PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) disponibiliza recursos para financiar a aquisição de alimentos da agricultura familiar que podem ser doados aos Equipamentos Públicos de SAN, seja de acesso, seja de abastecimento ou de distribuição. As modalidades disponibilizadas pelo programa são: chamada pública, compra direta e compra com doação simultânea.

A Chamada Pública é o instrumento de Compra Institucional e foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar “in natura” ou processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Após a definição da demanda, o órgão comprador elabora Edital de Chamada Pública, que deve ser divulgado em locais de fácil acesso a organizações da agricultura familiar. As organizações da agricultura familiar elaboram suas propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública. O órgão comprador habilita as propostas que contenham todos os documentos exigidos no edital e preços de venda dos produtos compatíveis com o mercado.

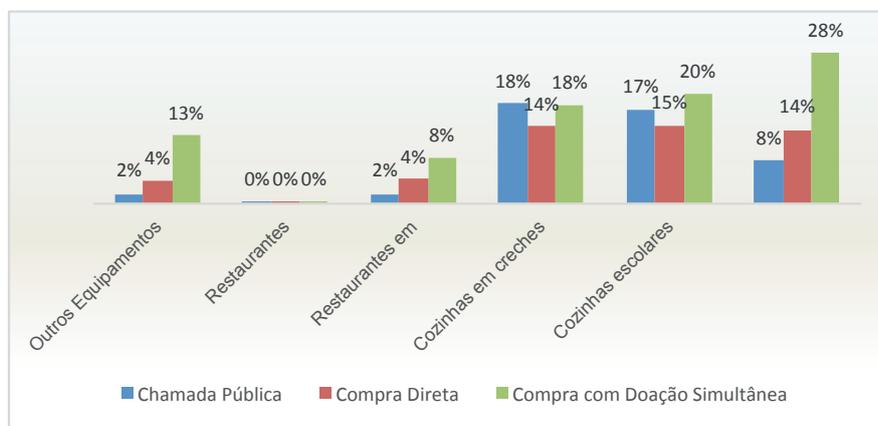
A Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Dentre os produtos adquiridos pela Modalidade estão o

arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju, castanha-do-brasil e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Para execução dessa Modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização.

A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino. Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar in natura ou processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. Esta Modalidade é executada apenas com recursos do MDS, que pode utilizar dois tipos de instrumentos para sua implementação: Celebração de Termos de Adesão com órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos; Formalização de Termo de Cooperação com a Conab.

Em relação a estas modalidades do PAA, o MapaSAN 2014 identificou que, em média, 59% dos municípios respondentes informaram que os equipamentos pesquisados (cozinhas escolares, cozinhas em creches ou unidades de educação infantil, restaurantes universitários, restaurantes em unidades hospitalares, equipamentos da rede socioassistencial e outros) não recebem alimentos adquiridos pelo PAA. Já 15% dos municípios respondentes informaram que estes equipamentos são beneficiados com a modalidade “Compra com doação simultânea”. Em 9% dos municípios a aquisição de alimentos do PAA é realizada por meio da compra direta e, em 8% deles, através de compra institucional por meio de chamada pública. Alguns municípios (10%) não souberam responder.

Gráfico 88 - Distribuição percentual de EPSANs beneficiados com o PAA, por modalidade



O Gráfico 88 mostra a relação entre o PAA e os EPSANs beneficiados, segundo cada uma das modalidades. Verifica-se, por exemplo, que a “Compra com Doação Simultânea” é a modalidade que mais beneficia os EPSANs. Ou seja, em 28% dos municípios, os equipamentos da rede socioassistencial recebem alimentos através desta modalidade. Enquanto que 20% dos municípios destinam alimentos para as cozinhas escolares e 18% para as cozinhas de creches.

4. CONCLUSÃO

Este documento apresenta, de forma preliminar, os principais resultados do mapeamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) em nível nacional. Cabe ressaltar que houve uma adesão bastante significativa com a participação de 89% dos estados e de 29% dos municípios brasileiros, considerando que o mapeamento é voluntário e requer processos de articulação e organização local para responder às diversas questões aqui abordadas, que se referem tanto à organização institucional dos estados e municípios como também às ações de SAN que são desenvolvidas.

Registra-se que este foi o primeiro levantamento organizado de forma nacional, trazendo alguns dados inéditos para a gestão da Política Nacional de SAN e para a continuidade do processo de implementação do Sisan. Os dados aqui apresentados são preliminares e serão objeto de uma publicação com maior detalhamento e melhor sistematização e análise das informações encontradas.

É fundamental reconhecer e agradecer aos gestores, conselheiros e profissionais dos estados e municípios que participaram desta edição do MapaSAN 2014 e, ao mesmo tempo, apontar para a próxima versão do levantamento a ser feito em 2015, que trará novas informações, bem como possibilitará a análise de tendências e comparações na evolução da Política de SAN, da gestão das ações e da consolidação do Sisan.

Ficha Técnica

Execução da Pesquisa

Ricardo S. Kaminski - Sociólogo -
Consultor FAO / ONU / MDS

Unidades Responsáveis

**Secretário Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional**
Arnoldo de Campos

**Diretora do Departamento de
Estruturação e Integração de
Sistemas Públicos Agroalimentares
- DEISP**

Michele Lessa de Oliveira

**Coordenação Geral de Apoio à
Implantação e Gestão do SISAN -
CGSIS**

Patrícia Chaves Gentil

Equipe de Acompanhamento

Élcio de Souza Magalhães
Ricardo da Silva Kaminski
Etel Matielo
João Réus do Nascimento
Erick Brigante Del Porto
Mariana Schievano Danelon
Cintia Castro de Paula
Sílvia Pollyana Araujo de Sousa

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Departamento de Gestão da Informação

Caio Nakashima

Departamento de Avaliação

Alexandro Rodrigues Pinto

Coordenação Geral de Avaliação de Demanda

Luciana Monteiro Sardinha

Diagramação

Victor Gomes de Lima

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1509 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Esplanada dos Ministérios - Bloco C - 4 andar - Sala 407

CEP: 70.046-900 Brasília | DF

Telefones: (61) 2030-1079 / 2030-1119 / 2030-1120

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>